

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação: Mestrado em Administração

Francisco Emanuel Silveira

**COOPERATIVISMO NO ESTADO DE RONDÔNIA:
PRINCIPAIS RAMOS DE ATIVIDADES**

PORTO VELHO - RO
2008



Fundação Universidade Federal de Rondônia
Núcleo de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação: Mestrado em Administração

Francisco Emanuel Silveira

COOPERATIVISMO NO ESTADO DE RONDÔNIA:
PRINCIPAIS RAMOS DE ATIVIDADES

Orientador Prof. Dr. Theóphilo Alves de Souza Filho

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação- PPGMAD - *Stricto Sensu*
Mestrado em Administração, Núcleo de
Ciências Sociais - NUCS, da Universidade
Federal de Rondônia, como requisito parcial
para obtenção do Título de Mestre.

Porto Velho - RO
2008

Ficha Catalográfica

SILVEIRA, Francisco Emanuel
Cooperativismo no Estado de Rondônia: Principais
Ramos de Atividades./ Francisco Emanuel Silveira.
– Porto Velho, RO: UNIR, 2008.
79 fls.
Orientador: Prof. Dr. Theóphilo Alves de Souza
Filho.

Dissertação de Mestrado – Fundação Universidade
Federal de Rondônia - UNIR, Porto Velho / Programa
de Pós-Graduação em Administração PPGMAD.

Francisco Emanuel Silveira

COOPERATIVISMO NO ESTADO DE RONDÔNIA:
PRINCIPAIS RAMOS DE ATIVIDADES

Esta Dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Rondônia.

Porto Velho - RO, 14 de novembro de 2008.

Prof. Dr. José Moreira da Silva Neto
Coordenador do Mestrado em Administração

Banca Examinadora

Prof. Dr. Theóphilo Alves de Souza Filho
Presidente

Profa. Dra. Mariluce Paes de Souza
Membro

Prof. Dr. Manuel Antonio Valdez Borrero

Dedico este trabalho (*in memoriam*),
Martinho Inácio da Silveira e Eva Gloria da
Silveira aos meus pais e minha querida irmã
Cascia Maria Silveira.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Theófilo Alves de Souza Filho, que incentivou, aconselhou e orientou e de quem sou muito grato.

Ao Salatiel Rodrigues – OCB-RO, pelo auxílio e presteza.

Ao Sr. João Altair Caetano Dos Santos, Junta Comercial do Estado de Rondônia – JUCER, pelo apoio.

Ao meu padrinho e amigo Vladimir Oliani pelo constante apoio e aconselhamentos.

Ao Prof. Dr. José Moreira da Silva Neto, pelos esclarecimentos nas horas precisas.

Ao Prof. Dr. Osmar Siena, pelo apoio e dedicação.

Prof. Dr. Flavio Batista Simão, pelo constante apoio moral e intelectual, além, de ser o amigo sempre leal.

Profa. Dra. Mariluce Paes de Souza, que me apoio durante a realização deste trabalho.

Ao amigo Charlles Barata, que tanto me incentivou.

A todos os colegas de mestrado do curso de Administração.

Aos meus familiares, Ene Glória e Glória Maridalva.

Aos meus Filhos, Victor Emmanoel, David Marcelo, Jessica Emmanoeli, Sarah Regina, e Letícia Vitória minha eterna gratidão e amor.

Meus queridos sobrinhos: Rafaela Pammy, Ada Pricilla, Daniel Silveira e o pequeno Otto Glória.

As minhas cunhadas: Soraya Beleza e Sandra Beleza.

E, a minha amiga, parceira, companheira e esposa Simone Beleza, sendo que sem a sua participação jamais chegaria ao término deste trabalho.

E a todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente neste trabalho, fica o meu

MUITO OBRIGADO!

RESUMO

O estudo do *Cooperativismo no Estado de Rondônia: Principais ramos de atividade por municípios inclui*, inicialmente os aspectos da gênese do cooperativismo no mundo e suas bases fundamentais, retratando com os respectivos momentos políticos - econômicos da época de formação até os dias atuais. Para isto, realizou-se uma revisão preliminar da filosofia Cooperativista, fundamentando-as aos principais estudos que alicerçam as organizações sociais. Para isto, realizou-se um breve documento relativo às cooperativas em nível regional, nacional e internacional, com ênfase, especificamente no Estado de Rondônia. A base metodológica do trabalho foi norteada nos modelos estatísticos, seguindo sistematicamente “*pari passo*” as etapas que vão desde dados brutos até a organização em seus respectivos intervalos de classe, subdivididos por atividades, cidade e ramo. Em fase posterior, efetuou-se a análise dos dados amostrais seguido da aplicação da multivariada, na forma de clusters, relacionando-os as respectivas cidades e com seus ramos por atividade.

Palavras Chaves: Cooperativismo, Associativismo. Multivariada.

ABSTRAT

The study of Rondonia's State Cooperatives, using statistical data gathering and multivariate analyses, have driven this research. Including the aspects that have generated those cooperatives, linking them to the respective political and economical seasons, from their creation until nowadays. It has been accomplished a brief report related to cooperatives at regional, national and international levels, emphasizing Rondonia State. The methodological work basis has been driven by statistical models, following systematically "*pari passo*" the stages from the raw data to the organization in its respective class gaps, subdivided by activities, city and branch. After that, it was accomplished the analyses of sample data followed by the multivariate application using clusters, relating it to the respective cities and their activity scope.

Key Words: Cooperatives, Associations, Multivariate.

LISTA DE SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ACP	Análise Componentes Principais
AHC	Análise Cluster Hierárquico
BR	Rodovia Federal
CBC	Congresso Brasileiro de Cooperativismo
CLT	Consolidação das Leis Trabalhista
CNC	Conselho Nacional do Cooperativismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
OBC	Organização das Cooperativas Brasileira
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PENUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PIB	Produto interno Bruto
PIC	Projeto Integrado de Colonização
SAFs	Sistemas Agroflorestais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apóio às Micros e Pequenas Empresas
SEDAM	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SESCOOP	Sistema Cooperativo Brasileiro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico do ramos de atividades das cooperativas	35
Figura 2 - Gráfico do ramos de atividades dos empregados	36
Figura 3 - Gráfico do ramos de atividades dos associados	37
Figura 4 - Gráfico da Participação a Preços Concorrentes dos Estados	42
Figura 5 - Gráfico distribuição das cooperativas por ramo de atividade	48
Figura 6 - Cooperativas em Funcionamento	52
Figura 7 - Gráfico da distribuição dos Municípios pólos com as Frequências Relativas	53
Figura 8 - Contribuição das variáveis	64

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Crescimento do cooperativismo brasileiro em 2006 a 2007	34
Tabela 2 - Números do cooperativismo brasileiro por Estado	38
Tabela 3 - Indicadores de Rondônia	41
Tabela 4 - Frequência de cooperativas por município do Estado de Rondônia	44
Tabela 5 - Distribuição das cooperativas por pólo – Ariquemes	46
Tabela 6 - Distribuição das cooperativas por pólo – Rolim de Moura	46
Tabela 7 - Distribuição das cooperativas por pólo – Ji-Paraná	47
Tabela 8 - Distribuição das cooperativas por pólo – Vilhena	47
Tabela 9 - Distribuição das cooperativas por pólo – Cacoal	47
Tabela 10 - Distribuição das cooperativas por pólo – Porto Velho	48
Tabela 11 - Cooperativas por Ramo de Atuação	49
Tabela 12 - Distribuição da Frequência Relativa das Cooperativas em Funcionamento por Pólos	53
Tabela 13 - Composição dos clusters	56
Tabela 14 - Cluster por ordem de atividade de importância	61
Tabela 15 - Distância entre centróides finais	62
Tabela 16 - Matriz de correlação por atividade	63

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	13
1.1 - PROBLEMATIZAÇÃO DO ESTUDO	15
1.2 - OBJETIVO GERAL	16
1.2.1 - Objetivos Específicos	16
1.3 - JUSTIFICATIVA	17
2 - REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO	20
2.1 - HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO NO MUNDO	20
2.2 - HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO NO BRASIL	22
2.3 - PECULIARIDADES E MECANISMOS DAS COOPERATIVAS	26
2.4 - COOPERATIVISMO EM RONDÔNIA	29
2.5 - AÇÕES POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS PARA AS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS	31
2.6 - INDICADORES DAS COOPERATIVAS NO BRASIL	33
2.7 - INDICADORES DO ESTADO DE RONDÔNIA	39
3 – METODOLOGIA	43
4 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	56
5 - CONCLUSÃO	67
6 - REFERÊNCIAS	70
SITES CONSULTADOS	76
ANEXOS	
ANEXO 1 - Distribuição das Cooperativas por Ramo de Atividade e por Município	
ANEXO 2 - Dendrograma	

1 – INTRODUÇÃO

O cooperativismo nasceu da necessidade do homem de se organizar para enfrentar as mais diversas dificuldades, principalmente aquelas voltadas para a sobrevivência e melhoria da qualidade de vida. Assim sendo, por meio de trabalhos associativos foi gradativamente criando grupos de forma mais organizada de trabalho cooperativo, tornando-se possível fortalecer as operações para fornecimento de bens de consumo, remédio, agasalhos, alimentos e outras utilidades, dentro dos princípios de ajuda mútua e solidariedade. Com o decorrer dos tempos, o sistema foi se consolidando estando presente em diversas áreas da atividade econômica, atuando na produção e comercialização agropecuária, consumo, saúde, trabalho, educação, habitação e serviços, buscando sempre a melhoria de vida e trabalho para o ser humano, por meio da sua integração econômico-social (NETO, 2007) e, em uma nova revisão, Segismundo Bialoskorski Neto afirma:

[...]”. A cooperativa é um empreendimento diferente das empresas encontradas na economia e que visam resultados e lucros. Esta forma organizacional é baseada em princípio doutrinários oriundos dos socialistas utópicos associacionista e tem como lastro o ideário da igualdade, da solidariedade, da fraternidade, e da liberdade.

Esta origem doutrinária, dos empreendimentos cooperativistas, fazem com que estas organizações tenham uma particular arquitetura organizacional. Este empreendimento não comporta a idéia de uma propriedade privada, mais sim de uma co-propriedade, privada e comum, não com objetivo da geração de lucros, mais sim com o intuito de oferecer condições para que cada uma das unidades autônomas associadas a esse empreendimento possam se estabelecer eficientemente nos mercado.

Desta forma a cooperativa, quando ocorrer, irá penas apresentar sobras operacionais a serem reinvestidas ou distribuídas, e não lucros de suas atividades. Tanto que, esta empresa não recolhe o imposto sobre a renda pela razão dessa não existir como conceito em sua arquitetura societária. (NETO, 2008) [...]”.

Aliança Cooperativa Internacional – ACI, define cooperativa como sendo: “[...]” uma associação de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, através de

uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida [...]” (ACI, p. 23.1998).

Para (Souza,1993). A cooperativa é uma organização que não visa o lucro, entretanto ela tem que recuperar os custos de produção e do capital investido, segundo a concepção capitalista, deve apropriar-se dos mecanismos úteis de gestão, realizando bom desempenho com todos os agentes econômicos. As funções de produção e comercial de uma cooperativa assemelham-se ao de uma empresa com fins lucrativos, por isso ela deve ter conhecimento de seus clientes, mercados e das relações de trocas. Torna-se necessário, portanto, para isso, adaptar e utilizar as técnicas de Marketing para um melhor desempenho de suas funções

Na filosofia cooperativista, as pessoas constituem-se em seu maior investimento, pela necessidade dos indivíduos, desprovidos de meios econômicos ou materiais, de obterem, por intermédio de um sistema associativista de ajuda mútua, meios de obtenção dos bens da vida, de subsistência sem a necessidade de acúmulo de grandes somas de capital (LEWIS, 2005).

A organização cooperativa na sua estrutura organizacional tem que definir claramente a sua missão, estratégias e metas a alcançar, princípios fundamentais a serem norteadores da ação, valores e visão de futuro, sem, contudo, ferir as diretrizes da Lei que define o cooperativismo. Envolve, ainda, o sucesso econômico, isto é, a permanência e continuidade de suas operações. Como em qualquer organização, o trabalho em uma cooperativa gera resultado e este pode ser econômico ou não. O resultado econômico de uma cooperativa é obtido por meio do esforço comum dos cooperados.

Diferentemente dos demais tipos de organizações, nas cooperativas o resultado é rateado por todos aqueles que o produziram, tanto no ônus como no bônus. As sobras quando houver, são reaplicados na organização para beneficiar os cooperados. Desta forma, é necessário que o cooperado conheça os meandros da filosofia cooperativista, a estrutura organizacional cooperativa, a clareza dos objetivos e sua respectiva missão e trajetória. Ter a visão do retorno do processo é de fundamental importância para uma cooperativa e seus cooperados e, articular novas estratégias administrativas capazes de superar as dificuldades externas e internas.

1.1 - PROBLEMATIZAÇÃO DO ESTUDO

A estrutura organizacional, administrativa e operacional das cooperativas brasileiras conforme consta na bibliografia nacional como internacional, discorre sobre uma série de deficiências de conhecimentos doutrinários, legais e operacionais de seus líderes. Nesse sentido, Maurer Junior (1973), mencionando que o “*empirismo administrativo*”, como ponto fundamental. Gava (1972), retrata a “*má administração*” e a estrutura organizacional como as barreiras. Lamming (1973), defende que “*o simples ato de formar uma cooperativa não resolve por si mesmo o problema daqueles que se reuniram para formar a cooperativa...*” e, destaca “[...] que os fatores essenciais à sobrevivência das cooperativas: integração dos associados à empresa, a provisão financeira na empresa e para ela, o desenvolvimento da empresa [...]. E, na mesma linha, Hammerschidt (1980) e Crúzio, (1989) identificaram diversos problemas de estrutura organizacional das cooperativas com relação ao processo decisório e administrativo desempenhados em nível institucional, organizacional e técnico. E, Gerber (1973), retrata que nem o consumidor nem o produtor estão preparados para assumir tais funções, devido à falta de preparo ou por causa do tempo que precisam dedicar às atividades com as quais ganham a vida. E, do mesmo modo, conclui: “*as cooperativas necessitam de administradores, profissionais com experiência, fato que parece colocá-las em desvantagens com os concorrentes*”. Em (2001), relata que a adaptação das cooperativas ao novo contexto econômico mostrou-se fundamental, indicando que aquelas que não se reestruturarem de forma a acompanhar as rápidas mudanças e novas exigências do mercado, sob pena de serem excluídas da concorrência.

Considerando-se todo este contexto e face aos estudos relatados das dificuldades enfrentadas pelas cooperativas instaladas há mais de 100 anos em diversos Estados da Federação, em relação ao baixo tempo de residência¹, dessas cooperativas. Espera-se que o mesmo fenômeno tenha ocorrido no Estado do Rondônia, nos mesmos moldes do relato de Maurer Junior (1973), Gava (1972), Lamming (1973), Hammerschidt (1980), Crúzio (1989) e Ew, (2001).

¹ Tempo de Residência = Taxa de sobrevivência, período de sobrevivência ou de permanência em um estado para outro. muitas vezes são usados como parâmetros de comparação na escala de tempo decorrente a um determinado processos

Assim, para apresentar uma mera hipótese de solução, muito embora de forma preliminar, seria necessário que o Estado de Rondônia tivesse um banco de dados e informações a cerca das Cooperativas dos últimos 10 anos. E, como não existe essa organização de informação, o presente estudo pretende apresentar um estudo preliminar do “*Cooperativismo no Estado de Rondônia: principais ramos de atividade por municípios*”, como forma de contribuição com um estudo de análise estatística quantitativa e qualitativa capaz de auxiliar a interpretação dos fatos pretéritos das 350 cooperativas instaladas neste Estado desde 1990 nos 52 municípios de Rondônia.

Desta forma, a proposta do estudo “*Cooperativismo no Estado de Rondônia: Principais ramos de atividades por Municípios*” visa num primeiro momento, organizar um diagnóstico atualizado da realidade do Estado suficientemente representativa, para que, num segundo momento, possam auxiliar a interpretar por meio de análise estatística os condicionantes que estruturam o arcabouço das Cooperativas, consubstanciando as informações quantificadas das variáveis independentes e, correlacionando-as com os municípios aos respectivos ramos de atividades das cooperativas que se consolidaram até janeiro de 2008.

1.2 - OBJETIVO GERAL

Analisar o contexto de atuação das Cooperativas do Estado de Rondônia, por meio de agrupamentos dos principais ramos de atividades e correlacioná-los aos respectivos municípios.

1.2.1 - Objetivos Específicos:

- ✓ Levantar o número de cooperativas em funcionamento no Estado de Rondônia, em função do ramo de atividade;
- ✓ Organizar informações sobre as Cooperativas no Estado de Rondônia, a partir de 1990;
- ✓ Identificar os pontos nodais (traços potenciais) do mercado das Cooperativas no Estado de Rondônia e,

- ✓ Identificar os principais ramos de atividades das cooperativas nos municípios do Estado de Rondônia, relacionando-os com o ramo de atividade.

1.3 – JUSTIFICATIVA

O tempo de residência de uma organização no mercado exige não apenas o bom potencial técnico, mas também boas práticas² administrativas adaptadas a sua realidade. É importante alcançar a satisfação dos clientes externos sempre lembrando que os clientes internos também devem ser atendidos, lembrar, também, que a sociedade deve ver a cooperativa com “*bons olhos*”. Muito embora, os cooperados sejam parceiros e não clientes internos, muitas vezes, eles se comportam como tal. Este comportamento dos cooperados, resultante do fato da sociedade cooperativa funcionar para suprir as necessidades de uma dada comunidade, aliado à falta de conhecimento da doutrina cooperativista, tem levado a equívocos de comportamento.

Nesse sentido, é de mister importância a administração empresarial nos moldes cooperativistas, já que essa modalidade trabalha com o nível de satisfação não só do cliente, mas, com toda a comunidade envolvida no processo em qualquer setor produtivo.

Justifica-se também, por outro lado que a colonização em Rondônia, na década de 1970, se deu a partir de Projetos Integrados de Colonização (PICs) e Projetos de Assentamento Dirigido (PADs), estes projetos eram políticas oficiais para assentamento de agricultores sem terra, vindos do centro-sul, afetados pela expansão da Fronteira Agrícola, devido à mecanização do campo e, a seca no nordeste do país (MIRANDA, 1990). Desta forma, o contingente populacional do Estado quadruplicou, e levou Becker a afirmar que:

² Boas práticas refere-se ao Sistema de Garantia de Qualidade, utilizado pela ANVISA/Ministério da Saúde, que envolve um conjunto de ações de modo a assegurar a eficácia e segurança de uma empresa.

“[...]..O INCRA é o Estado dentro do Estado de Rondônia, pois, assume todas as fases de implantação e operacionalização do projeto, desde a seleção e assentamento dos colonos, até a produção e comercialização, fornecendo ainda, assistência técnica e social (Becker, 1990) [...]”

Com isto a colonização foi acelerada na região principalmente com a abertura efetiva da rodovia BR 364, que proporcionou o Ciclo da Agricultura com base de um lado no cooperativismo e por outro na agricultura familiar (Campesinato), consolidando o amplo e definitivo processo de povoamento rural e urbano.

“[...] de todos os ciclos econômicos que resultaram na intensificação migratória para Rondônia desde o começo deste século, o fenômeno migratório provocado pela abertura da BR 364 e pela implantação de um modelo de desenvolvimento baseado na agricultura, foi, sem dúvida, o mais importante. Milhares de famílias fixaram-se nas terras rondonienses, contribuindo para a retirada da região do lento progresso que os ciclos extrativistas a relegavam [...]” (MATIA, p.38,1997).

Esse processo ligado ao Ciclo de Agricultura foi executado pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio de projetos integrados de colonização:

“[...] Esses projetos concediam aos colonos lotes de 50 a 100 hectares, com assistência técnica rural, além de estradas vicinais e coletoras, ou ainda lotes de 100 a 250 hectares que se caracterizavam pela interferência parcial do governo e contemplavam a pequenos e médios empresários rurais[...]” (MATIAS, 1997).

No entanto, (Fusinato, 2006), destaca que o total de famílias assentadas pelo INCRA na década de 1970 foram 23.630 e a população residente no Território Federal de Rondônia, segundo o Censo Demográfico de 1970, era de 111.064 habitantes e, em 1980, chegou a 491.069 habitantes. Portanto, considerando-se que cada família era composta por cinco pessoas, observou que o INCRA havia assentado somente 1/4 (um quarto), dos migrantes que chegaram a Rondônia na década de 1970 e restante veio atraído pela propaganda oficial do Governo Federal. Assim, uma vez consolidado o estado de Rondônia e a aceleração do fluxo migratório durante a década de 1980, o Cooperativismo e a

associatividade foram estimulados pelo governo Federal como forma de garantir e fixar o homem na terra, tanto assim que a agricultura e a pecuária reestruturavam um novo cenário de estratégia de desenvolvimento, para em tempo recorde, aproximadamente 10 anos, os assentamentos do INCRA passaram a se constituírem em municípios e a agricultura de familiar em grande parte passa a empresa rural e, atualmente para o agronegócio com os grupos de empresários estruturados.

2 - REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

2.1 - HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO NO MUNDO

Há relatos da existência de associações de cunho solidário desde os primórdios da humanidade. Os “*grêmios*” (agricultores escravos do Egito com apoio do Estado), as “*orglonas*” e “*tiasas*”, (cidadãos livres e escravos na Grécia), os “*colégios*” e as “*sodalistas*” (carpinteiros e serralheiros em Roma), os “*ágapes*” (primeiros cristãos) são citados por Rech (2000), como exemplos. Segundo esse autor, essas associações estavam voltadas para atividades produtivas, atendimento de necessidades de consumo e criação de gado em pastos comuns, caça e pesca comunitárias, plantação de trigo e construção de sistemas de drenagem e irrigação.

O cooperativismo atualmente praticado tem origem nos eventos históricos do século XIX ligados à Revolução Industrial. Nesse período, os trabalhadores eram explorados na sua força de trabalho, a jornada era longa, chegando há 14 horas por dia, e era usada, inclusive, a mão-de-obra infantil. Os salários eram muito baixos e não atendiam às necessidades dos trabalhadores (SCHNEIDER, 1999).

O avanço tecnológico ocorrido na época provocou grandes modificações sociais e econômicas, repercutindo nos sistemas de produção e promovendo ideais socialistas, visando reduzir o sofrimento da classe trabalhadora, por meio de iniciativas pioneiras como o trabalho coletivo e com recursos próprios dos trabalhadores. Essas idéias foram sendo colocadas em prática e, aos poucos, foram surgindo às primeiras cooperativas (SCHNEIDER, 1999).

Em 21 de dezembro de 1844 surge a primeira cooperativa, que nasce, no berço da Revolução Industrial no bairro de Rochdale, em Manchester/ Inglaterra, com um grupo de operários prejudicados pelo novo modelo industrial que substituiu o trabalho artesanal pelas máquinas inventadas. A partir de então um grupo de operário, buscaram compreender o novo mercado desenvolvimentista e fundou uma cooperativa de consumo, esta denominada de “*Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale*” (SCHNEIDER, 1999).

Explorando na venda de alimentos e roupas pelo comércio local, os artesãos construíram primeiro, um armazém próprio, depois a associação apoiou a construção e a compra de casas para os tecelões e montou uma linha de produção para os trabalhadores com salários muito baixos ou desempregados. Tal iniciativa foi motivo de deboche por parte dos comerciantes, mas, logo no primeiro ano de funcionamento o capital da sociedade aumentou de um para 180 libras/ano e cerca de dez anos mais tarde o “*armazém*” tinha aproximadamente 1400 cooperantes. Apesar de muito importantes e serem freqüentemente mencionados nas diversas referências sobre cooperativismo, há poucos detalhes sobre esses pioneiros. Os relatos sobre os momentos iniciais registram as dificuldades enfrentadas pelos “*Pioneiros de Rochdale*”: a crise social, o pouco dinheiro para investir em produtos de boa qualidade no armazém, a desconfiança de compradores e até mesmo sócios inseguros com insucessos anteriores de outros movimentos de ajuda mútua. Entretanto, o aumento das compras, a ampliação do número de sócios e a expansão da filosofia cooperativista com seus princípios próprios despertaram o interesse. Novas cooperativas começaram a surgir e foram se expandindo por outros países da Europa, sempre com suas especificidades culturais (HOLYOAKE, 2001).

As cooperativas de crédito não demorariam a surgir. Quatro anos depois, em 1848, Friedrich Wilhelm Raiffeisen funda na Alemanha a primeira cooperativa com este fim, de caráter tipicamente rural e com responsabilidade ilimitada e solidária dos associados. Em seguida, ainda na Alemanha, na cidade de Delitzsch, Herman Schulze, o primeiro a criar cooperativas de crédito urbano e organizar a constituição. Esses bancos populares passariam a serem conhecidos como as cooperativas do tipo Schulze - Delitzsch diferenciavam-se das cooperativas do tipo Raiffeisen por preverem o retorno das sobras líquidas proporcionalmente ao capital, a área de atuação não restrita e ao fato de seus dirigentes serem remunerados (HOLYOAKE, 2001).

Um aspecto essencial da padronização do universo das cooperativas é a avaliação estatística das informações, de maneira que pudesse reduzir as variáveis e para extrair uma análise satisfatória sobre a realidade desse modelo de cooperativa e o seu comportamento de atuação mercado de prestação de serviço. Porém, no caso restrito do modelo da prestação de serviço, busca-se

interpretação de um fenômeno que demonstre uma correlação de prestação de serviço com a atividade principal com o estatuto vigente de cada Cooperativa. De modo que, este tipo de análise multivariada venha a fortalecer uma melhor compreensão do ramo de atividade da cooperativa (MOITA NETO, 2008).

2.2 – HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

Remontando no tempo, vamos encontrar ainda em 1610, com a fundação das primeiras reduções jesuíticas no Brasil, o início da construção de um estado cooperativo em bases integrais. Por mais de 150 anos, esse modelo deu exemplo de sociedade solidária, fundamentada no trabalho coletivo, onde o bem-estar do indivíduo e da família se sobrepunha ao interesse econômico da produção. A ação dos padres jesuítas se baseou na persuasão movida pelo amor cristão e no princípio de auxílio mútuo (mutirão). Essa prática era encontrada entre os indígenas brasileiros e em quase todos os povos primitivos desde os primeiros tempos da humanidade (MOITA NETO, 2008).

A primeira forma de organização baseada em comunidade e voltada a compor uma sociedade cooperativista em bases integrais deu-se, no Brasil, por volta de 1500, no então Brasil colonial, pela organização das capitanias hereditárias, sistema que consistiu na divisão do território colonial e doação a particulares decididos a morar no Brasil, pelo D. João III em favor de Duarte Coelho. Todavia, como se sabe, em 1549 a coroa portuguesa resgata as capitanias doadas e institui o Governo Geral reestruturando a distribuição da terra na forma de “*sesmaria*”. Assim, no Brasil colonial a estrutura organizacional era baseada em primeiro lugar pela ordenação Manuelina e, em seguida pela Afonsina. Todas essas ordenações, Afonsinas, como as Manoelinas e, depois, as Filipinas, possuem ao menos um traço em comum: seu caráter escravista, uma vez que, considerava o produtor direto de trabalho como “*res*”, destituído de personalidade jurídica subjetiva e considerava o escravo como bem semovente e incapaz de adquirir direito. Assim, resumidamente, pode-se afirmar que, a relação existente no Brasil colonial se dava entre escravos “*versus*” homens livres (GONZÁLES, 1993).

Portanto, pode-se concluir que, num primeiro momento da organização do Estado colonial brasileiro, o que se tem é um modelo escravista tanto de Estado quanto de direito indicando a existência de uma ordem jurídica escravista. Tal estrutura perduraria ao menos até a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil em 1808. A vinda da estrutura burocrática Portuguesa significou um salto histórico surpreendente para o Brasil, pois, em decorrência de tal acontecimento, instalaram-se os monopólios comerciais, instaurou-se o livre comércio com as nações amigas, revogaram-se as interdições as atividades manufatureiras e decretou-se a “*abertura dos portos*”, segundo Fernando Henrique Cardoso (1962 apud GONZÁLES, p.42,1993).

Logo em seguida, no ano 1815, D. João eleva o Brasil à categoria de Reino, sagrando-se com o título de D. João VI. Com essa elevação, segue-se uma série de alvarás e decretos legais e administrativos, que conduzirão a ex-colônia ao movimento de independência em 1822 e em 1824 foi instituída a primeira constituição sob clima liberal mantendo e garantindo o direito de propriedade em toda a sua plenitude. Essa constituição determinava que as Ordenações Filipinas devessem ser mantidas em todos os pontos que não contrariassem dispositivos constitucionais. E nessa mesma ótica é criado em 1850 o Código Comercial e Criminal, (CARDOSO, 1962).

Segundo Polônio (2001), no Brasil as cooperativas deram início em 06 de janeiro de 1903 pelo Decreto nº 979, regulador da classe dos sindicatos e cooperativas rurais e de consumo. Em 05 de janeiro de 1907 pelo Decreto nº 1.637, foi instituído as formas de constituição das cooperativas, vinte anos mais tarde em 1932 com o Decreto nº 22.239 formou-se o marco do cooperativismo no Brasil, dando formalização legal às cooperativas, o qual era denominado de “*O Estatuto do Cooperativismo*”.

A primeira norma a disciplinar o funcionamento das sociedades cooperativas foi o Decreto do Poder legislativo nº 1.637 de 5 de janeiro de 1907 organizadas sob a forma de sociedades anônimas e em nome coletivo ou em comandita. Em seguida o Decreto nº 22.239 de 19 de dezembro de 1932 reforça as disposição do Decreto nº 1.637, estabelecendo as características estruturais de cooperativas tipo “*raiffeisen*” e a dos bancos populares do tipo “*luzzatti*”. Além de estabelecer

outros tipos de cooperativas como a do I Grau, agrícola, mútuo, urbano e profissional de classes e/ou empresas (Banco Central do Brasil, 2005).

Com o advento da Lei 4.595 de 31 de dezembro de 1964, as cooperativas de crédito equipararam-se às demais instituições financeiras passando a serem fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil, autorizando a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito, sob a modalidade de: crédito de produção rural e quadro social. Em 1964 foram criadas as três legislações sobre o assunto promulgadas na lei 4.380 das Cooperativas Habitacionais, e depois a Lei 4.504 – da Cooperativa Integral de reforma agrária. (Banco Central do Brasil, 2005)

Em 1966 foi estabelecido que as cooperativas de créditos e as secções de créditos das cooperativas mistas receberiam depósitos exclusivamente de associações de pessoas físicas, funcionários da própria cooperativa e de instituições de caridade, religiosas, científicas, educacionais e culturais das quais participassem apenas associados ou funcionários da própria cooperativa. E, em 16 de dezembro de 1971 foi promulgado o estatuto geral do cooperativismo pela lei 5.764, mantendo a fiscalização e o controle das cooperativas de créditos e das secções de crédito agrícolas mistas com o Banco Central, a qual vigora até hoje, onde define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das Cooperativas. Que em seu artigo 4º define cooperativas como: “(...) *sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviço aos associados (...)*”. E no seu art. 5º inciso XVIII “(...) *liberava aos cidadãos brasileiros, a iniciativa de constituição de associação (Cooperativas), sem intervenção estatal, no entanto este artigo ora recepcionou a legislação das cooperativas (...)*” Lei 5.764/71).

Em 1969 - IV CBC é aprovado à criação da Organização das Cooperativas Brasileira - OCB e a Elaboração da Minuta do Projeto Lei para o Cooperativismo. Nas décadas de 1970 a 1980 do século passado, o cooperativismo era regulamentado pelo Conselho Nacional do Cooperativismo – CNC, e fiscalizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que tinha por atribuições a expedição de uma autorização de funcionamento para as cooperativas. Assim, as cooperativas estavam sob o controle e a intervenção do Estado (EVANDRO, 2006).

Em 1998, durante o processo constituinte, o sistema cooperativo brasileiro, fez grandes esforços para a aprovação da autogestão das cooperativas (autonomia de constituição e funcionamento sem a interferência estatal na gestão das cooperativas), o reconhecimento do ato cooperativo (como um ato diferente do ato comercial) e o compromisso do estado em desenvolvimento do cooperativismo (EVANDRO, 2006).

No ano de 1999, é implantado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, com os protocolados projetos sobre a Nova Lei Cooperativista, por meio da PL 171/99 – Senador Osmar Dias, PL 428/99 – ex-senador José Fogaça e PL 605/99 – Senador Eduardo Suplicy. No ano de 2000, XII Congresso Brasileiro de Cooperativismo – CBC e a Consolidação do Programa de Autogestão de Cooperativas (EVANDRO, 2006).

Em 2001, a criação dos Projetos de Cooperação Internacional (Cooperativas Contra a Fome) e (Cultivo de Algas Marinhas no Nordeste Brasileiro).

Em 2002, foi palco do primeiro I Seminário Tendências, a cidade de Brasília, com o seguinte tema: *“Características e Tendências Contemporâneas da Política Social no Brasil e na América Latina; concepção, gestão, controle democrático e financiamento”*, desenvolvida a partir do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica, tendo por destaque a *“Profissionalização da Gestão”*, *“Educação Cooperativista”*, *“Intercooperação”* e a *“Responsabilidade social com a comunidade”*.

Segue em 2003, o segundo II Seminário Tendências com abordagem sobre *“Casos de sucesso do cooperativismo brasileiro”*, na cidade de Recife. Em 2004, tivemos o III Seminário Tendências (Cooperativismo é Economia Social: fortalecendo a identidade cooperativa), na cidade de Cuiabá. Em 2005 o IV Seminário Tendências (Ações estratégicas para o desenvolvimento do sistema cooperativista brasileiro), na cidade de Florianópolis e em 2006, ocorreu o V Seminário de Tendência (Fortalecendo o Sistema Cooperativista Brasileiro: das propostas à prática) na cidade de Manaus.

Segundo (Cruzio, 2007), são os seguintes tipos de Cooperativas:

[...]Cooperativa de serviços comunitários: São formadas por grupos de trabalhadores ou profissionais ligados a uma empresa qualquer, objetivando prestar serviços de limpeza, transporte, telefonia, eletrificação rural etc;

Cooperativa de consumo: São formadas por pessoas físicas, objetivando a compra e venda de bens de consumo duráveis e/ou de primeira necessidade;

Cooperativa de trabalho: São formadas por profissionais como faxineiros, estivadores, seguranças, técnicos diversos etc., objetivando a intermediação dos trabalhos ofertados pelos profissionais associados, a partir de contratos temporários, junto às empresas tomadoras de seus serviços gerais;

Cooperativas agropecuárias e agroindustriais: São formadas por produtores que atuam no campo, objetivando a comercialização da produção de seus associados, o beneficiamento e a revenda diretamente ao mercado consumidor;

Cooperativas de mineração: São formadas por mineradores, objetivando compartilhar materiais e equipamentos de mineração ou a prestação de serviços de mineração a determinadas empresas de mineração;

Cooperativas habitacionais: São formadas por pessoas físicas, objetivando a construção de residências para uso próprio;

Cooperativas de produção: São formadas por indústrias ou empresas, objetivando unir fabricantes de bens como eletrodomésticos, móveis, tecidos etc.;

Cooperativas educacionais: São formadas por pais de alunos, objetivando a oferta de serviço educacional básico a seus filhos;

Cooperativas de crédito: São formadas por poupadores ou tomadores de recursos financeiros, objetivando a obtenção de crédito para seus associados a juros, prazos etc. em condições melhores do que as oferecidas pelo mercado;

Cooperativas especiais: São formadas por pessoas que precisam ser tuteladas, com crianças que estão cursando escolas de primeiro grau (CRÚZIO, 2007 p.13/14). [...]”.

2.3 - PECULIARIDADES E MECANISMOS DAS COOPERATIVAS

Neste contexto, para compreender melhor o universo das cooperativas, sob o de ponto de vista da estrutura cognitiva e ao mesmo tempo discutir as condições necessárias para induzir os indivíduos a realizarem tarefas conjuntas. Deste modo, Rizzi *et al*, (2003), definiram que quando dois ou mais indivíduos realizam uma tarefa, estão realizando “*trocas*”. Sendo que as trocas podem ser de naturezas diversas, incluindo as denominadas pecuniárias, o auxílio despretensioso e a prestação de um *serviço*, dentre outras. As trocas se efetivam quando os indivíduos envolvidos empregam suas estruturas cognitivas no planejamento e na execução daquela tarefa, coordenando suas ações individuais para que a mesma se concretize.

Piaget (1973) definiu que trocas, é um ato de realizar operações conjuntas, porém, nem toda ação conjunta constitui-se em uma cooperação. Ao contrário do que a literatura, tem referido no sentido piagetiano, o fato das pessoas simplesmente fazerem ações em conjunto pode ser entendido como um ato colaborativo. Quando a ação conjunta motivada pelo “*atingir um objetivo*”, se constitui através da realização de operações lógicas coordenadas e conjuntas é que se tem a cooperação, ou uma cooperação na ação. Para cooperar na ação o indivíduo deve ter atingido pelo menos o terceiro estágio do desenvolvimento cognitivo humano. A razão deste pré-requisito é simples. Só é possível cooperar se o indivíduo for capaz de operar, ou seja, se as operações realizadas por ele (e pelos outros indivíduos envolvidos) constituam ações interiorizadas, reversíveis e que se coordenem em estruturas totais formando sistemas (operações próprias do terceiro estágio).

É por isso que para melhor compreender a cooperação é imprescindível aprofundar estudos na natureza operatória das estruturas cognitivas, características deste estágio do desenvolvimento cognitivo humano. É nele que se constituem os *grupamentos operatórios*, as estruturas cognitivas (sistemas) fonte e meio de viabilização das operações concretas: nos *grupamentos* está a origem e a sustentação da cooperação na ação. Piaget denomina *grupamentos operatórios* as estruturas cognitivas concretas elaboradas pelo indivíduo particularmente entre seus sete e onze ou doze anos de idade. Sua função essencial consiste em organizar os diversos domínios da experiência (noções de peso, volume, área, etc.), mas sem que haja ainda uma completa diferenciação entre o conteúdo e a forma (Piaget, 1980), uma vez que isto ocorre apenas no quarto estágio de desenvolvimento cognitivo (RIZZI *et al*, 2003).

A lógica do indivíduo operatório concreto consiste em operar, portanto, agir sobre as coisas e ou sobre as pessoas empregando os *grupamentos*. Então também neste período o aspecto social é importante, e mais ainda, exerce uma influência essencial no desenvolvimento dessas estruturas. Isto porque, as operações concretas efetuadas sobre os objetos e aquelas realizadas em comum com outras pessoas conduzem à constituição de normas racionais e de regras lógicas, como também lógicas são as regras que constituem os *grupamentos* (PIAGET, 1977).

É assim que eles são dialeticamente determinantes e determinados pelas operações, individuais ou sociais. Em especial quando se trata de operações sociais, também estão em jogo os valores dos indivíduos que delas participam. Esses valores se organizam em conjuntos e constituem uma escala e sua importância é tal, que tudo que um indivíduo faz ou deseja fazer pode ser avaliado e comparado segundo sua escala pessoal (PIAGET, 1973).

Portanto, uma escala de valores é uma relação hierárquica de valores construída, mantida e atualizada pelo indivíduo através da interação social. Então, em uma relação ocorrida em um determinado momento, é possível comparar e identificar elementos, do ponto de vista qualitativo (valores de diferentes tipos) que possuem maior ou menor valor. É possível, também, operar com esses valores, adicionando, subtraindo, comparando-os, inclusive considerando os meios necessários para atingir objetivos (RIZZI *et al*, 2003).

Segundo Costa (2003), o início do cooperativismo deve focar o momento em que nossos ancestrais saíram da irracionalidade para a racionalidade. Esta passagem ocorreu atrelada a evolução do raciocínio e foi alavancada pelos processos de caça. Os caçadores uniam-se para formar a mais primitiva estrutura de cooperativismo humano. No sentido lexicológico a expressão “Cooperação” tem a conotação de “*ato ou ação de cooperar*” não traduzindo o mais excelente sentido que se pode atribuir à mesma. A palavra “Cooperação” transcende ao simples significado de “*trabalhar em comum ou colaborar, auxiliar e ajudar*”. O dicionário Houaiss diz que cooperar é atuar, juntamente com outros, para um mesmo fim; contribuir com trabalho, esforços, auxílio; colaborar. Essa cooperação está associada à ajuda mútua entre os cooperados, tendo como objetivo principal a realização do bem estar de todos. Já o dicionário do Aurélio diz cooperar é operar, ou obrar, simultaneamente; colaborar.

Em outras palavras, o mecanismo lógico operatório (*grupamentos*) utilizado para resolver problemas, tais como seriar e classificar, também é utilizado para lidar com escalas de valores. Atualmente, pode-se definir Cooperativa como uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de ordem civil, não sujeita a falência, constituída para prestar serviços aos associados.

2.4 - COOPERATIVISMO NO ESTADO DE RONDÔNIA

A migração no Estado de Rondônia contribuiu para diversas propagandas do governo federal, que foram emplacadas como slogan “*Amazônia – Integrar para não Entregar*”, “*Marcha para Oeste*” e “*Rondônia um novo eldorado*”. De modo que, a população migrante procedente principalmente do Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, denominou, também, esse período como “*O Ciclo da Agricultura*”, que em pouco mais de uma década, proporcionou ao Território Federal de Rondônia as condições econômicas, sociais e políticas necessárias para que fosse transformado na 23ª Unidade Federada brasileira. (Matias, 1997, apud FUSINATO 2006).

Assim, a história do Estado se confunde com a conversão de uso da terra e que está fortemente relacionada à perda da vegetação natural, tendo por ponto de partida a construção da BR-364 e diversos projetos nacionais de colonização que foram criados para promover o desenvolvimento regional (POLONOROESTE I e II), associados ao período da intensa exploração mineral, ajudaram a acelerar a ocupação de terras na região. Iniciativas para a promoção do uso sustentável da biodiversidade local e do controle da expansão desordenada das fronteiras de exploração madeireira e agrícola em Rondônia têm sido iniciadas na região. (Projeto Úmidas, 2002) apontam para a necessidade do empenho dos setores envolvidos na atividade florestal quanto à disseminação da ferramenta manejo florestal, e/ou silvicultura, para proporcionar o retorno sócio-econômico adequado da atividade, tendo em vista as limitadas possibilidades de sustentação do extrativismo madeireiro desordenado que vem sendo praticado no Estado, confirmado também por (BENTES-GAMA et al. 2006).

Para Araújo e Oliveira, (1996), a importância do manejo florestal pode ser destacada mediante os seguintes benefícios: a) redução das taxas de desmatamento; b) geração de postos de trabalho; c) redução das taxas de emigração rural; d) diversificação e elevação da renda no meio rural; e) alcance de mercados exigentes (referindo-se à aceitação de produtos florestais certificados com “*selo verde*”); f) manutenção dos serviços ambientais da floresta (equilíbrio climático e hídrico, conservação da biodiversidade e proteção ao solo); e g) legitimação da indústria de base florestal.

Assim, com a formação das cooperativas de colonização, e de sua consolidação no Estado financiados pelo Banco do Brasil via Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (**PNUD**). Nesse sentido, não obstante a vocação florestal da região amazônica deixa de ser preservada, para iniciar o que foi denominado de agricultura de bases sustentáveis, (BATISTA, 2001).

A prática dessa agricultura, Segundo (Batista, 2001), foi responsável pelo desmatamento 24% área territorial do Estado de Rondônia, fundamentalmente concentrados nas áreas de ocupação mais antigas e nas fronteiras, estimuladas pelos projetos de assentamentos e regularização fundiária, durante a década de 1980, período de maior intensidade do fluxo migratório. Atualmente, cálculos recentes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, confirmados com a Secretária de Meio ambiente do Estado de Rondônia- SEDAM, o desmatamento representa percentuais próximos a 30%. Conforme, se pode constatar que o setor agropastoril desempenharam um importante papel na consolidação do Estado, mas, paralelamente, foi também responsável pelo maior volume de desmatamento na região.

Em seguida, foi consolidado os sistemas agro-florestais – SAFs são as formas de agricultura que mais se adaptam às condições ambientais e as especificidades regionais, contudo, a prática destes sistemas é restrita, variável, flexível, permitindo a utilização de multiplicidades de espécies e ecossistemas diferenciados. Essa flexibilidade, ao mesmo tempo em que gera uma liberdade de ação para o produtor, impossibilita apelação a qualquer tipo de manual ou "receita" sobre qual é a melhor maneira de se implantar e conduzir o sistema, (BENTES-GAMA et al. 2006). Especificamente, para a região Amazônica, o manejo baseado em princípios agro-ecológicos é fundamental para garantir a produção de “*commodities*”, com alta qualidade biológica, estabilidade ambiental e asserção sócio-econômica da produção em longo prazo.

2.5 - POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS PARA AS COOPERATIVAS

O associativismo é a expressão organizada da sociedade, apelando à responsabilização e intervenção dos cidadãos em várias esferas da vida social e constitui um importante meio de exercer a cidadania Pinho(1998.)e Neto (2000).

A definição mais específica e direta da palavra associativismo relaciona-se com a união de empresas ou pessoas com o objetivo de superar dificuldades e gerar benefícios comuns, através da criação de entidades de representação empresarial, associações específicas ou associações de interesse econômico. Numa definição mais ampla, associativismo é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne um grupo de empresas ou pessoas com o principal objetivo de superar as dificuldades e gerar benefícios em nível econômico, social ou político (SEBRAE-SP, 1998).

Associativismo, de acordo com Alencar (1997), refere-se à atividade humana desenvolvida em um grupo social, que é constituído por uma coletividade de indivíduos ligados entre si por uma rede ou sistema de relações sociais.

O apoio aos projetos envolvendo as cooperativas e associações ainda são tímidas por parte do governo federal, com a dimensão territorial brasileira e o número de empregos sendo cada vez mais raros, as ações governamentais poderiam ser melhor direcionadas. O SEBRAE por meio de suas políticas de ações vem prestando um atendimento diferenciado aos cooperados com cursos e palestras, material didático e revistas especializadas no tema. Temos também outro exemplo que é a Universidade Federal Rural de Pernambuco, com programa de Associativismo para Pesquisa, Ensino e Extensão – PAPE (pós-graduação). Os principais bancos do governo como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Basa têm linhas de créditos para fomento e financiamento.

A governança corporativa abrange o conjunto de ações e procedimentos que a alta administração estabelece para que a corporação seja adequadamente dirigida, de forma a alcançar os objetivos dos acionistas. Em geral, os acionistas ambicionam elevar o valor de suas ações, o que os leva a escolher os profissionais responsáveis pela definição e implementação das estratégias de longo prazo, tendo autonomia para nomear uma diretoria executiva que

operacionaliza as políticas para atingir as metas de curto prazo (RODRIGUES, 2003).

Governança corporativa é o sistema que estabelece a maneira de inter-relacionar acionistas, conselho de administração, auditoria externa e diretoria executiva para que o gerenciamento geral da empresa objetive a elevação permanente de seu valor, (RODRIGUES, 2003).

A governança aplicada no Cooperativismo e Associativismo é um grande avanço, pois traz consigo uma segurança ao mercado e principalmente aos stakeholders³ promovendo transparências e credibilidade nos atos da diretoria.

Em meio a esses novos atores de Governança vários códigos das melhores práticas Corporativas, foram elaborados com a finalidade de torná-los mais eficientes. Para (SILVEIRA, 2002) os agentes de mercado recomendariam às empresas a adoção de algumas práticas para o aprimoramento de governança corporativa. Essas práticas são descritas em diversos “Códigos das Melhores Práticas de Governança Corporativa” que, em última instância visam criar mecanismos corporativos para harmonizar as relações entre acionistas e gestores.

As cooperativas e associações podem usar as prerrogativas de suas finalidades que é o interesse em comum de todos os cooperados e associados, juntos formam uma força com um alto poder de barganha. Para Bobbio, (1993), o poder de negociação não deve aqui ser entendido apenas como algo que se possui; como um objeto ou uma substância. Ele deve ser visto na esfera social, seguindo a definição de em que não há Poder se não existe, ao lado do indivíduo ou grupo que o exerce, outro indivíduo ou grupo que é induzido a comportar-se tal como aquele deseja. Assim, o Poder pode ser exercido por meio de instrumentos ou de coisas, mas é compreendido através de sua relação com a vida do homem em sociedade: Poder do homem sobre o homem.

Do ponto de vista econômico e financeiro os dois lados têm que estar satisfeitos em uma negociação “*ganha-ganha*” (RICHARDSON, 1960). Observando sempre os princípios da boa governança. O instrumento satisfatório em uma negociação através de uma análise bem detalhada, eficiente e vantajosa

³ Stakeholders - parte diretamente envolvida nas operações da organização (como empregados, acionistas e fornecedores etc.).

com os parceiros tais como bancos, órgãos governamentais e agentes financeiros.

Governo, Estado e Municípios vêm realizando um trabalho através de parcerias, com Universidade, SEBRAE entre outros para qualificar, capacitar os presidentes de cooperativas e associações. Temos a consciência que as atitudes governamentais e entidades não-governamentais poderiam ampliar ainda mais ações no sentido melhorar o apoio entre seus cooperados e associados.

2.6 - INDICADORES DAS COOPERATIVAS NO BRASIL

Para VERRI (2001) no Brasil o cooperativismo vem crescendo acima do ritmo dos sistemas econômicos mercantis, já enfraquecidos pelo “*alto custo Brasil*” das Leis da CLT. O número de cooperativas, em todos os seus 11 segmentos, está crescendo a uma taxa média de 8% ao ano, conforme, ilustra a tabela 01. Segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o crescimento do cooperativismo nos últimos dez anos tem sido grande, com tendência a permanecer em expansão, ver Tabela 01 que compara o crescimento da posição em 2006 em relação a 2007, com número de cooperativa, associados e empregados.

Conforme sumarizado na Tabela 01, pode-se notar que o número de cooperativas de trabalho aumentou durante toda a década de 1990. Segundo (FUSINATO – 2006), esse aumento pela procura de cooperativas de trabalho indica o momento vivido pelo país de aumento progressivo do desemprego. As cooperativas de trabalho surgem como opção ao trabalhador que não consegue colocação no trabalho formal. No entanto elas não representam uma alternativa criada pelo trabalhador, mas sim uma alternativa utilizada por esse trabalhador, porque como veremos adiante são muitos os agentes institucionais que passam a incentivar a cooperativa de trabalho a partir da década de 1990. Destacamos mais uma vez que não foi à proposta de trabalho em cooperativa que aumentou, mas apenas um de seus ramos, que se mostrou “*interessante*” e “*apropriado*” ao capital. Paralelo ao aumento progressivo e em massa, das cooperativas de trabalho temos o surgimento e desenvolvimento das organizações e instituições

que apóiam, agregam e articulam todo tipo de empreendimento associativo e cooperativo.

Em 2004, a política econômica do Brasil e seu conseqüente cenário econômico favoreceram ao crescimento do número de cooperados em todo o país, chegando a 6.159.658. Em relação ao ano anterior, esse número cresceu em 6,8%. Segundo o Relatório de Atividades da OCB (2004): *“Outra conseqüência positiva do ambiente econômico favorável foi o aumento do número de empregados nas cooperativas.”* Esse cenário ampliou cerca de 13.000 postos de trabalho em relação a 2003, o que representa um aumento de 7,2%; encerrou-se o ano de 2004 com 195.100 empregos diretos criados pelo cooperativismo.

Tabela 1 - Crescimento do Cooperativismo Brasileiro em 2006 a 2007.

Ramo	Número de Cooperativas			Número de Associados			Número de Empregados		
	Posição 2006	Posição 2007	%	Posição 2006	Posição 2007	%	Posição 2006	Posição 2007	%
Agropecuário	1.549	1.544	-0,32%	886.076	879.649	-0,73%	123.890	139.608	12,69%
Consumo	156	141	-9,62%	2.384.926	2.468.293	3,50%	8.359	8.984	7,48%
Crédito	1.102	1.148	4,17%	2.462.875	2.851.426	15,78%	30.396	37.266	22,60%
Educacional	327	337	3,06%	69.786	62.152	-10,94%	2.808	2.913	3,74%
Especial	12	12	0,00%	972	85	-60,39%	6	13	116,67%
Habitacional	371	381	2,70%	83.633	98.599	17,89%	1.153	1.258	9,11%
Infra-estrutura	161	147	-8,70	624.812	627.523	0,43%	5.462	5.867	7,41%
Mineral	45	40	-11,11%	17.628	17.402	-1,28%	83	77	-7,23%
Produção	200	208	4,00%	20.631	11.553	-44,00%	463	1427	208,21%
Saúde	888	919	3,49%	349.474	245.820	-29,66%	34.738	41.464	19,36%
Trabalho	1.874	1.826	-2,56%	413.777	335.286	-18,97%	5.595	6.682	19,43%
Transporte	896	945	5,47%	74.976	88.386	17,89%	5.431	5.363	-1,25%
Turismo	22	24	9,09%	3.509	1.094	-68,82%	31	39	25,81%
Total	7.603	7.672	0,91%	7.395.075	7.687.568	3,98%	218.415	250.961	14,90%

Fonte: OCE's e OCB Elaboração: GEMERC, modificado por Silveira (2008).

E de 2006 a 2007, houve um incremento significativo tanto em números de cooperativas, associados e empregados, nos mais diversos ramos de atividades, conforme ilustra na Tabela 1. O número da adesão, de sócios cooperados, á atividade econômica inspirada pelo Cooperativismo, cresceu a uma taxa média de 0,91% em quantidades de Cooperativas, 3,98% em número de associados e 14,90% em número de empregados, conforme ilustrado na Tabela 01.

Segundo dados da OCB (2005), observa-se, também, que no período de 2004 para 2005, o número de cooperativas em dezembro de 2004, cresceu de 3.928 para 7.672 em dezembro de 2005, o que corresponde ao incremento de 81,7% do número de Cooperativas registradas no Sistema OCB, conforme, ilustra a Tabela 02 e Gráfico 01. Onde, pode-se notar que esse crescimento ocorreu em diversos ramos de atividades como também em seus associados e empregados, chegando a 7.687,568 e 250, 961 respectivamente

Segundo a representação gráfica, do diagrama de bloco na forma “pizza”, da Figura 01, pode-se ter uma visualização do quantitativo dos principais ramos de atividades de cooperativas no Brasil, sendo que, com maior distribuição é o trabalho 24%, seguido do agropecuário 20% e crédito 15%.

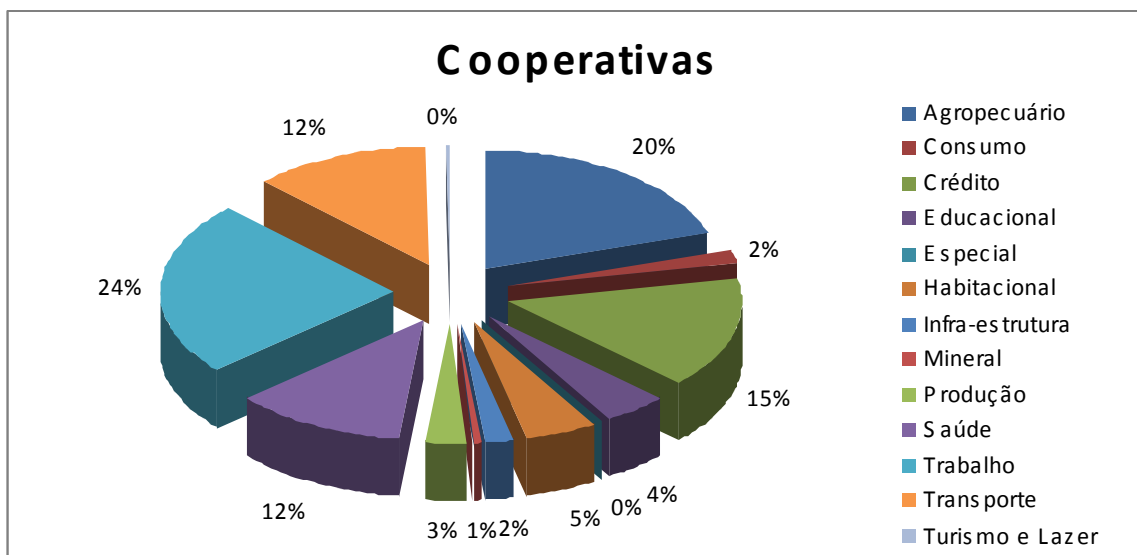


Figura 1 – Gráfico do Ramos de atividades das cooperativas.

Fonte: Organizações das Cooperativas do Brasil OCB-2007.

A Figura 2 representa a freqüência relativa do número de empregados nas mais diversas cooperativas, tendo o maior participação o ramo de atividade representado pelo setor agropecuário com 55%, seguido pelo ramo de crédito 16% e saúde 15%.

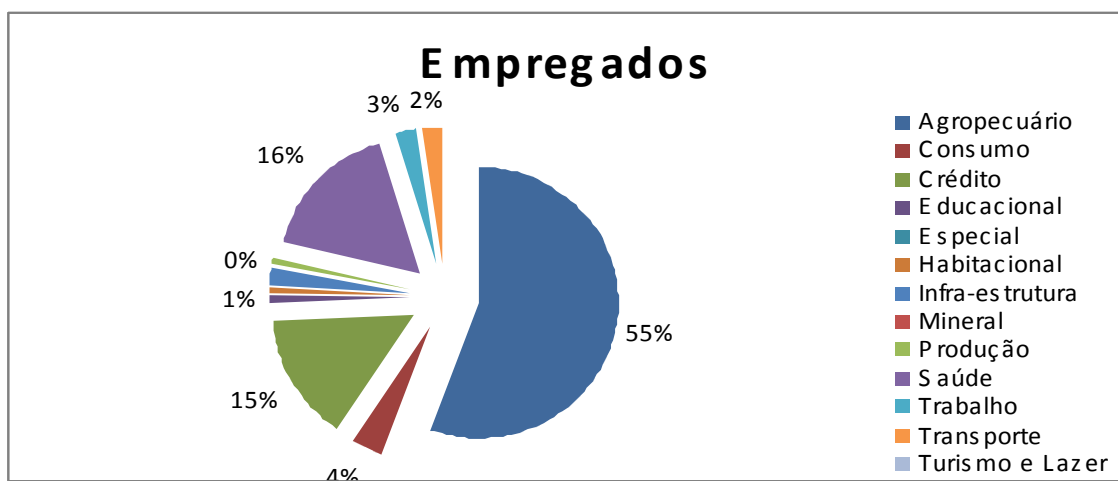


Figura 2 – Gráfico do Ramos de atividades dos empregados.

Fonte: OCB (2007).

A Figura 3 ilustra o número de Cooperados por ramo de atividade, onde, pode-se observar que as Cooperativas de crédito são as que apresentam maior freqüência relativa, seguida das Cooperativas ligados ao setor de consumo e agropecuário.

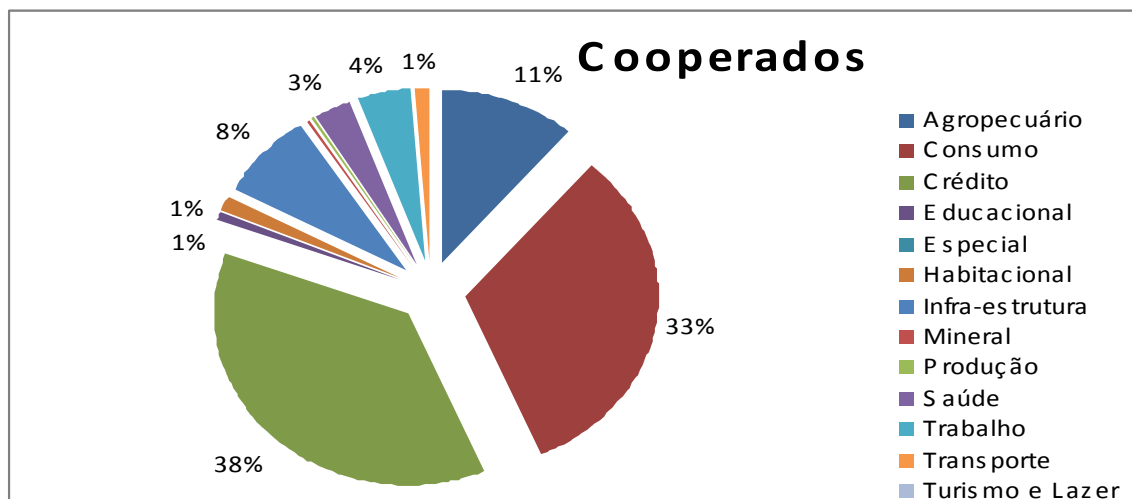


Figura 3 – Gráfico dos Ramos de atividades dos associados.

Fonte: OCB (2007).

A Tabela 3 sintetiza a distribuição das cooperativas no Brasil por unidades da federação, dispostas por cooperativas, cooperados e empregados. Pode-se observar que Rondônia com 106 cooperativas até 31/12 de 2006 representa 1,32% do total, e em números de cooperados um total de 14.155, perfazendo 0,18% e por números de empregados com 697 com 0,27% do total nacional.

De uma forma geral, a Figura 1, 2 e 3 e Tabela 3, ilustram as cooperativas no Brasil, sua frequência e distribuição. Entretanto, observa-se que em número de cooperativas destacam-se o trabalho, agropecuário e crédito, diferentemente a distribuição por cooperados que tem por ramo principal as cooperativas de agropecuário, crédito e saúde. E, por número de empregados, crédito, consumo e agropecuário. Sendo que as cooperativas por ramo de atividade que se destacam nas três primeiras colocações são respectivamente agropecuária e crédito são as mais representativas.

Tabela 2 - Números do Cooperativismo Brasileiro por Estado.

Ramo de Atividade	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Acre	82	5.454	113
Alagoas	91	22.088	2.495
Amazonas	91	13.049	1.542
Amapá	90	4.200	317
Bahia	446	107.654	2.796
Ceará	194	91.032	7.486
Distrito Federal	236	103.086	1.992
Espírito Santo	137	104.537	4.247
Goiás	179	72.158	8.511
Maranhão	141	11.473	223
Minas Gerais	817	880.500	26.692
Mato Grosso do Sul	79	54.018	2.522
Mato Grosso	173	158.328	5.259
Pará	372	44.909	1.619
Paraíba	112	30.843	1.404
Pernambuco	161	105.015	2.489
Piauí	72	15.499	680
Paraná	233	451.500	50.190
Rio de Janeiro	1013	214.180	6.798
Rio Grande do Norte	202	72.869	1.492
Rondônia	106	14.155	697
Roraima	44	1.705	77
Rio Grande do Sul	946	1.408.597	47.726
Santa Catarina	259	765.058	24.019
Sergipe	129	13.261	479
São Paulo	1209	2.916.260	48.614
Tocantins	61	6.140	482
Totais	7.672	7.687.568	250.961

Fonte: OCE's e OCB – Registro 31/12/2006. Elaboração: GEMERC

2.7 - INDICADORES DO ESTADO DE RONDÔNIA

O cooperativismo em Rondônia ainda é pouco desenvolvido. Segundo dados atuais da OCB - Organização das Cooperativas do Brasil – e da OCER – Organização das Cooperativas do Estado de Rondônia. A constituição da primeira Cooperativa no estado de Rondônia ocorreu em 19 de abril de 1944, de acordo com a Lei 5.893/44, tendo como área de atuação o antigo Território do Guaporé, sendo registrada na cidade do Rio de Janeiro (GUSSO, 2001). O surgimento dessa cooperativa deu-se na época do segundo ciclo da borracha, devido à necessidade dos seringalistas possuírem um órgão que os beneficiasse no momento da comercialização, surgindo deste modo a Cooperativa Central dos Seringalistas do Guaporé Ltda. Mais tarde, em 10 de setembro de 1974, essa cooperativa foi incorporada, pela COMARON – Cooperativa Mista Agropecuária de Rondônia Ltda, localizada no município de Porto Velho, com abrangência estadual, em decorrência da emergência da agropecuária no estado (FUSINATO, 2006).

Na década de 80, surgiram mais cooperativas principalmente as agropecuárias, devido à influência dos emigrantes que trouxeram na bagagem idéias do cooperativismo de seus estados de origem, especialmente, os oriundos do Sul e do Sudeste do Brasil. Além das organizações de apoio às cooperativas existe também em Rondônia, o SESCOOP – que é o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo que atua como uma das dimensões do sistema “S”, responsável pela promoção social e desenvolvimento profissional do Cooperativismo, dentro de seus objetivos e recursos disponíveis. Entre as ações da SESCOOP, que funciona integrado à OCB, destacamos o Programa Cooperjovem, que tem como objetivo uma atuação vinculada ao Sistema Oficial de Ensino, para incluir o cooperativismo como disciplina no currículo escolar de ensino fundamental e médio (FUSINATO 2006).

Para isso, foi organizada uma série de três gibis, que explicam de forma clara, as origens do cooperativismo, assim como os princípios norteadores na organização de cooperativas e que vantagens a cooperação e a solidariedade podem trazer para os trabalhadores. Esta é uma interessante abordagem, realizada através de gibis, como material didático, principalmente por destacar, de forma agradável a importância da cooperação. São objetivos do SESCOOP – RO

a modernização e melhoria empresarial das sociedades cooperativas com vistas a: agregação de valores para os cooperados; assegurar a transparência da administração das cooperativas; desenvolver a orientação quanto à constituição e registro de cooperativas; favorecer a profissionalização da gestão por meio da execução de programas de educação, formação, capacitação e reciclagem de empregados, dirigentes de cooperativas e cooperados; e, através do monitoramento, supervisão, auditoria de gestão e controle das cooperativas, aumentar sua agilidade e competitividade no mercado, tornando o sistema cooperativista um referencial de modelo de empresa. (FUSINATO 2006).

De acordo com o Presidente do Sindicato e Organizações das Cooperativas Brasileiras no Estado de Rondônia (OCB-RO), Salatiel Rodrigues de Souza, o Estado de Rondônia possui mais 350 Cooperativas, que movimentam de 20 a 30% do Produto Interno Bruto – PIB/RO e, cerca de 10% da população rondoniense é ligada a uma cooperativa ou associação. Comparativamente com o Produto Interno Bruto do Brasil, R\$ 2.1 trilhões em 2005, e R\$ 106,5 bilhões da região Norte e Rondônia com 12,9 bilhões, tendo participado com 12,1% e 0,6% do PIB do Brasil e Região Norte respectivamente. Em termos relativos, o crescimento do PIB de Rondônia, em valores correntes, cresceu, entre 2002 – 2005, a taxa média de variação anual da ordem de 18,5% frente às de 13,3% e 15,4% havidas no país e Região Norte. O setor de serviços, agregando 65,63% do total do valor Adicionado Bruto, foi o que impulsionou a economia do Estado e a dos Municípios, constituindo-se das atividades comércio e serviços de manutenção e reparação, alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e correios dentre outros, conforme dados apresentados na Tabela 4 por SEPLAM – 2005.

Tabela 3 – Indicadores de Rondônia (em R\$ milhões)

Brasil, Região e UF	Especificação	Ano	Ano	Ano	Ano
		2002	2003	2004	2005
Brasil	PIB	1.477.822	1.699.948	1.941.498	2.147.239
	Variação (%)	-	15,03	14,21	10,60
Região Norte	PIB	69.310	81.200	96.012	106.522
	Variação (%)	-	17,15	18,24	10,95
Rondônia	PIB	7.780	9.751	11.260	12.902
	Variação (%)	-	25,33	15,48	14,58
PIB Rondônia/PIB Brasil (%)		0,53	0,57	0,58	0,60
PIB Rondônia/PIB da Região Norte (%)		11,22	12,01	11,73	12,11

Fonte: IBGE/SEPLAN, Contas Regionais do Brasil – 2002 2005

Seguindo-se da Agropecuária com 20,45% do Valor Adicionado Bruto, agregando as atividades agricultura, silvicultura e exploração florestal e pecuária e pesca. A atividade agropecuária na base 1985 era estimada apenas por uma função e produção. O Censo Agropecuário 1985 foi a fonte básica dos dados, onde foram estimados o valor de produção dos produtos da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração vegetal e pesca, separadamente, sendo que os insumos eram agrupados para toda a agropecuária, existindo assim somente uma atividade.

Por último, o setor da indústria com 13,92% do Valor Adicionado Bruto, representado pelas atividades indústria de transformação e extrativa mineral, construção civil, produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana.

Como mostra a Figura (04), que representa o gráfico de participação a preço de concorrentes por Estado, onde, pode-se notar que Rondônia em comparação com a região Norte, destaca-se em 3º lugar como pólo indutor do desenvolvimento regional, perdendo apenas para o Estado do Pará e Amazonas (SEPLAM – 2005). Entretanto, uma apuração com maior acuidade, observa-se que, Rondônia é ligeiramente maior que o somatório do Estado de Acre, Roraima

e Amapá juntos, isto, demonstra o forte desenvolvimento do Estado, frente aos outros amazônidos.

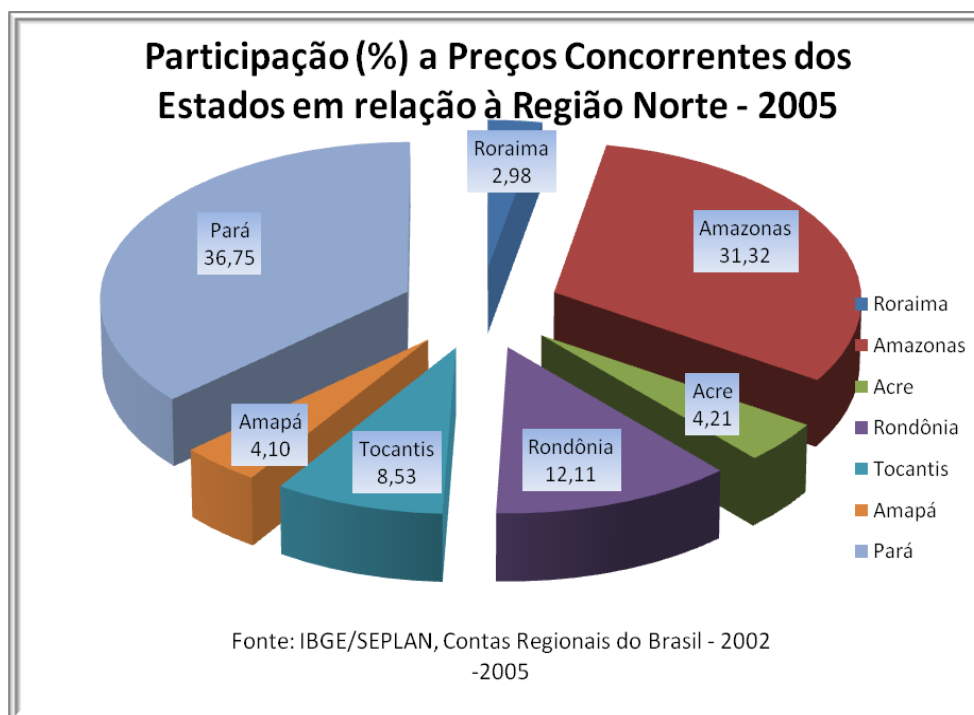


Figura 4 – Gráfico da Participação a Preços Concorrentes dos Estados

3 - METODOLOGIA

Para o método utilizado, optou-se pela premissa da generalização das observações, por intermédio do levantamento bibliográfico, com o fito de subsidiar os principais pontos nodais. A realização da amostragem foi efetuada por meio das informações das Cooperativas do Estado de Rondônia nos últimos 10 anos de existência, perfazendo um universo de 350 empresas organizadas e consolidadas.

Durante a execução da amostragem, os dados das Cooperativas foram armazenados, catalogadas, categorizadas, tabulados e analisados de modo a evidenciar os seguimentos mais promissores do ponto de vista a formar um conjunto de informações referente à propriedade específica de cada grupo relacionado às Cooperativas. Desta forma, elaborou-se um banco dados, que posteriormente, auxiliou no suporte da construção dos agrupamentos do universo amostral.

Deste modo, procurou-se compreender o comportamento aleatório dos dados brutos (conjunto de informações sobre as Cooperativas), que foram coletados durante o levantamento secundário e, em seguida, efetuou-se a amostragem de campo, com o intuito de identificar as características do universo em função de suas variáveis a serem estudadas para consolidar a análise confirmatória dos dados de campo. Neste caso, a análise é de natureza primária, obtidos por intermédio de pesquisa direta com a realização de pequenas entrevistas e observações extraídas aos Municípios e aos seus respectivos órgãos que estruturam o aparelho de Estado.

Do universo amostral, as 350 cooperativas, foram inicialmente coletadas junto ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior, Secretária de Comércio e Serviços, Departamento Nacional de Registros do Comércio e Junta Comercial do Estado de Rondônia, numeradas e codificadas pelo CNPJ, com os respectivos nomes, condição gerencial, participação financeira dos diretores, e os seus ramos de atividades. Em seguida, todos esses dados foram plotados na forma tabular e inseridos em planilhas por área de atuação e unidade de localização municipal no período próximo de 10 anos, desde janeiro de 1996 a dezembro de 2006. Com isto, foi criado um BANCO DE DADOS. A partir do banco de dados, efetuou-se a distribuição dos respectivos intervalos de classes

por municípios com suas frequências relativas, utilizando-se o programa Excel da Microsoft e XLSTART da Addinsoft (2007), conforme ilustra a Tabela 05.

Tabela 4 – Frequências das cooperativas por município do Estado de Rondônia.

Ordem	Município	Quantidade
01	Alta Floresta do Oeste	3
02	Alto Alegre do Parecis	2
03	Alto Paraíso	3
04	Alvorada do Oeste	5
05	Ariquemes	25
06	Buritis	1
07	Cacoal	10
08	Campo Novo de RO	3
09	Candeias do Jamari	6
10	Cerejeiras	3
11	Colorado do Oeste	4
12	Corumbiara	1
13	Costa Marques	1
14	Espigão do Oeste	13
15	Gov. Jorge Teixeira	6
16	Guajará-Mirim	9
17	Itapuã do Oeste	4
18	Jaru	12
19	Ji-Paraná	36
20	Machadinho do Oeste	4
21	Ministro Andreazza	1
22	Mirante da Serra	2
23	Monte Negro	1
24	Nova Brasilândia do Oeste	3
25	Nova União	2
26	Ouro Preto do Oeste	10
27	Pimenta Bueno	11
28	Porto Velho	122
29	Presidente Médici	5
30	Rio Crespo	1

Cont.

Ordem	Município	Quantidade
31	Rolim de Moura	11
32	São Felipe do Oeste	1
33	São Miguel do Guaporé	4
34	Teixeirópolis	2
35	Theobroma	2
36	Urupá	4
37	Vale do Paraíso	1
38	Vilhena	16
	TOTAL	350

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Com. Exterior Secretária de Comércio e Serviços - Departamento Nacional de Registro do comércio - Junta Comercial de Rondônia

A partir da confecção do banco de dados das cooperativas, observou-se que a unidade amostral era heterogênea e aleatoriamente simples não refletindo nenhuma heterogeneidade, por esse motivo, realizou-se a estratificação das cooperativas por pólo, utilizando a mesma metodologia do (Perfil dos Setores Produtivos, 2005. p.11), onde:

[...]em que cada uma delas identifica o município com maior desenvolvimento – infra-estrutura física, educacional, de comunicação, de transporte etc, denominando município pólo. Desta forma, a divisão em regiões considerou proximidade dos municípios, a integração econômica já observada e o papel central desempenhado pelo município-pólo. As regiões e respectivos pólos são: **Região de Porto Velho:** Porto Velho, Guajará-Mirim, Itapuã d'Oeste, Nova Mamoré e Candeias do Jamari;

Região de Ariquemes: Ariquemes, Alto Paraíso, Buritis, Cacaúlândia, Campo Novo, Cujubim, Monte Negro, Rio Crespo, Vale do Anari e Machadinho do Oeste;

Região de Ji-Paraná: Ji-Paraná, Jarú, Ouro Preto do Oeste, Vale do Paraíso, Governador Jorge Teixeira, Nova União, Mirante da Serra, Teixeirópolis, Presidente Médici e Theobroma;

Região de Cacoal: Cacoal, Pimenta Bueno, São Felipe do Oeste, Primavera, Espigão d'Oeste, Parecis e Ministro Andreazza;

Região de Rolim de Moura: Rolim de Moura, Nova Brasilândia do Oeste, Castanheiras, Alta Floresta, Santa Luzia d'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Novo Horizonte do Oeste, Alvorada d'Oeste, São Miguel do Guaporé, São Francisco, Seringueiras, Costa Marques e Urupá;

Região de Vilhena: Vilhena Chupinguaia, Pimenteiras do Oeste, Corumbiara, Cerejeiras, Colorado do Oeste e Cabixi. Perfil dos Setores Produtivos, (2005. p.11), [...]

Desta forma, os principais pólos foram reinseridos em planilhas do Programa Excel, conforme método proposto e desenvolvida por (LOPES, 2000) e (Perfil dos Setores Produtivos 2005), conforme, ilustra as Tabelas de 6 a 11.

Tabela 5 - Distribuição das cooperativas por pólo – Ariquemes.

Pólo de Ariquemes		
1	Alto Paraíso	3
2	Ariquemes	25
3	Buritis	1
4	Campo Novo de RO	3
5	Machadinho do Oeste	4
6	Monte Negro	1
7	Rio Crespo	1
	Total	38

Fonte: Junta Comercial do Estado de Rondônia – 2008

Tabela 6 - Distribuição das cooperativas por pólo – Rolim de Moura.

Pólo de Rolim de Moura		
1	Alta Floresta do Oeste	3
2	Alto Alegre do Parecis	2
3	Alvorada do Oeste	5
4	Costa Marques	1
5	Nova Brasilândia do Oeste	3
6	Rolim de Moura	11
7	São Miguel do Guaporé	4
8	Urupá	4
	Total	33

Fonte: Junta Comercial do Estado de Rondônia - 2008

Tabela 7 - Distribuição das cooperativas por pólo – Ji-Paraná.

Pólo de Ji-Paraná		
1	Gov. Jorge Teixeira	6
2	Jarú	12
3	Ji-Paraná	36
4	Mirante da Serra	2
5	Nova União	2
6	Ouro Preto do Oeste	10
7	Presidente Médici	5
8	Teixeirópolis	2
9	Theobroma	2
10	Vale do Paraíso	1
	Total	78

Fonte: Junta Comercial do Estado de Rondônia – 2008

Tabela 8 - Distribuição das cooperativas por pólo – Vilhena.

Pólo de Vilhena		
1	Cerejeiras	3
2	Colorado do Oeste	4
3	Corumbiara	1
4	Vilhena	16
	Total	24

Fonte: Junta Comercial do Estado de Rondônia - 2008

Tabela 9 - Distribuição das cooperativas por pólo – Cacoal.

Pólo Cacoal		
1	Cacoal	10
2	Espigão do Oeste	13
3	Ministro Andreaza	1
4	Pimenta Bueno	11
5	São Felipe do Oeste	1
	Total	36

Fonte: Junta Comercial do Estado de Rondônia – 2008

Tabela 10 - Distribuição das cooperativas por pólo – Porto Velho.

Pólo Porto Velho		
1	Candeias do Jamari	6
2	Guajará-Mirim	9
3	Itapuã do Oeste	4
4	Porto Velho	122
	Total	141

Fonte: Junta Comercial do Estado de Rondônia - 2008

A Figura 5 ilustra a distribuição estratificada do universo das 79 cooperativas em funcionamento por pólo: Ariquemes 38(trinta e oito), Rolim de Moura 33 (trinta e três), Ji-Paraná 78 (setenta e oito), Vilhena 24 (vinte e quatro), Cacoal 36(trinta e seis) e Porto Velho 141 (cento quarenta e um). Desta forma, as empresas foram catalogadas, organizadas em rol na planilha do Programa da Microsoft Excel, divididas e classificadas por cooperativas, cidades e registros do ramo de atuação.

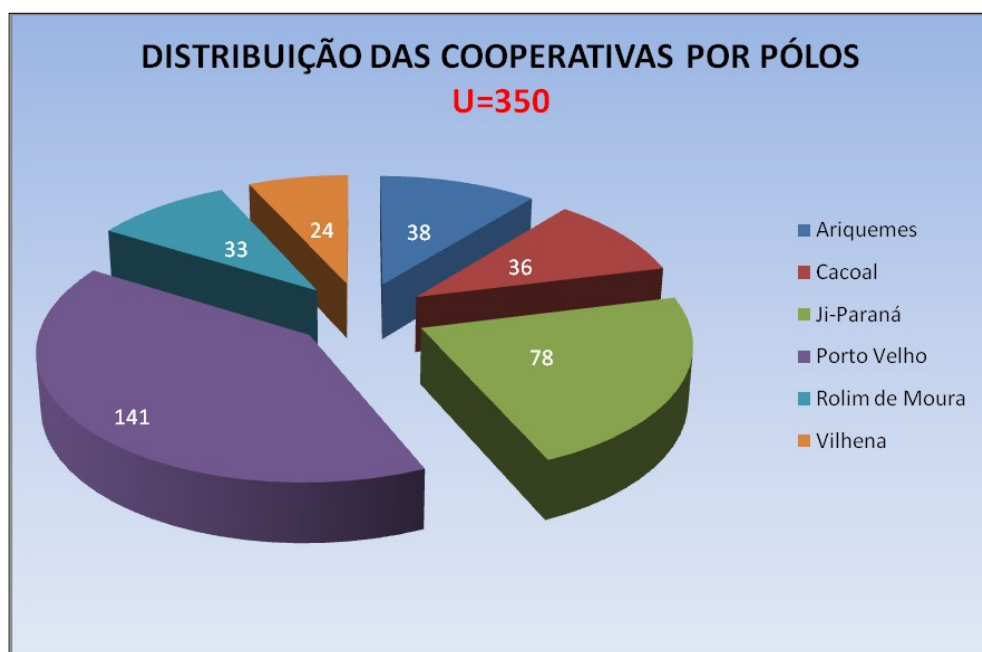


Figura 5 - Distribuição das cooperativas por pólo.

Fonte: Junta Comercial do Estado de Rondônia

Dando continuidade ao processo metodológico, foi selecionado das 350 Cooperativas pelo processo de exclusão e com a checagem “*in loco*”, junto ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Exterior, Secretária de Comércio e Serviços, Departamento Nacional de Registro do Comércio e Junta Comercial do Estado de Rondônia, das Cooperativas que estavam em operação até a data de 31/01 2008 e, com isto, foi constatado que do universo amostral(U-350), apenas setenta e nove (N=79), estão em funcionamento.

Efetuando-se cálculo de proporção simples, partiu-se do Universo de 350 Cooperativas como sendo inversamente proporcional ao produto das Cooperativas em funcionamento (N=79), pelo percentual máximo (100%), cujo resultado é igual a **22,57%**, das cooperativas que estão em atividades atualmente. Do mesmo modo, efetua-se a mesma operação, onde o número total de cooperativas (N=350) é inversamente proporcional ao produto da Cooperativas que não estão em funcionamento (onde $N=U-79$), pelo percentual máximo(100%), que corresponde a **77,43%** das cooperativas que saíram do mercado, no período de 2003 a janeiro de 2008. As Tabelas 13 e Figura 6 ilustra a distribuição das cooperativas pelos respectivos ramos principais de atividade.

Tabela 11 - Cooperativas por Ramo de Atuação.

Ordem	Cooperativas	Atuação
01	Coop. Agrop. Mista Extrativista Santa Fé – COOPAMESF	Agropecuário
02	Coop. Agrop. de Alto Alegre dos Parecis – COOPEALTO	Agropecuário
03	Coop. de Trab. Armaz. Adm. e Cons. Ltda. - COOTRAL	Trabalho
04	Coop. de Cred. Rural de Ariquemes Ltda. – CREDIARI	Crédito
05	Coeda - Coop. Educ. e de Desenvolvimento da Amazônia	Educacional
06	Coop. Trab. Armaz. Adm.e Conservação Ltda. – COOTRAL	Infra-estrutura
07	Coop. dos Garimpeiros do Est. De RO. Ltda. - COOGER	Mineral
08	Coop. de Benef. de Gemas da Amazônia – COOBEGAM	Mineral
09	Coop. dos Garimpeiros do Est. De RO. Ltda. - COOGER	Mineral
10	Unimed de Ariquemes Coop. de Trab. Médico	Saúde

Cont.

Ordem	Cooperativas	Atuação
11	Coop. dos Engenheiros e Técnicos de RO. Ltda. - CETROL	Trab.
12	Coop. de cred. Rural de buritis – SICOOB	Crédito
13	Coop. de agronegócios dos produto. da Amazônia - COAPA	Agropecuário
14	Coop. de crédito rural de Cacoal Ltda. - CREDICACOAL	Crédito
15	Coop. de Mineração de Cacoal - COOPEMCAL	Mineral
16	Unimed Ji-Paraná Coop. de Trab. Médico	Saúde
17	Coop. de Trab. Armaz. Adm. e ConsLtda. - COOTRAL	Trabalho
18	Coop. dos trab.s de estradas e rodagens de RO. Coopter	Trabalho
19	Coop. de coletores de matérias recicláveis - Coopemarca	Trabalho
20	Coopercal - coop. De transporte de cargas Cacoal Ltda.	Trabalho
21	Coop. Agrop. e extr. dos agric. de Jacilandia - cooperlandia	Agropecuário
22	Coop. Agra-flor do Jamari - COOAFCAN, Candeias do Jamari	Agropecuário
23	Coop. Agrop. dos prod. Rio Doce Ltda. - COOPERIODOCE	Trabalho
24	Coop. de crédito rural do sul de RO. Ltda. - CREDISUL,	Crédito
25	Coop. de cred. rural de Colorado do Oeste Ltda. - COLCREDI	Crédito
26	Coop. Escola. Federal de Colorado Ltda. - COOPEAFECOL	Educacional
27	Coatron-coop. Agrop. de eletr. telefonia e desen. Ltda.	Agropecuário
28	Coop. Agropecuária de Espigão do Oeste- COAGEO	Agropecuário
29	Coop. de cred. Rural de Espigão - CREDIESPIGÃO	Crédito
30	Coop. Agropecuário ouro verde Ltda - COAPOVEL	Agropecuário
31	Coop. dos produto. de leite Nova União - COOPLENU	Agropecuário
32	Coop. de crédito rural do vale do Mamoré - SICOOB credivale	Crédito
33	Coop. de garimpeiros mineralcoop Ltda.	Mineral
34	Coop. de cred. Rural de Jarú Ltda. – jarucredi	Crédito
35	Coop. de profissionais em educação - Jarú/RO,	Educacional
36	Unimed Ji-paraná coop. de trab. Medico	Saúde
37	Coop. de cred. Rural de Ji-paraná Ltda. - ji-cred	Crédito
38	Elo - coop. de consumo de RO.	Consumo
39	Coop. de cred. dos empre. de Ji-Paraná/RO - emprecred	Crédito
40	Coop. de educadores de Ji-Paraná – coopeji	Educacional
41	Unimed Ji-paraná coop. de trab. Médico	Saúde
42	Coop. dos prod. Rurais orga. para ajuda mútua (coocaram)	Trabalho
43	Coopmedh - coop. de serviços médicos e hospitalares	Trabalho
44	Coop. dos produto. De flores - Amazônia em flores	Agropecuário
45	Coop. Educacional rondoniense – COOPER	Educacional
46	Coop. de trab. de Ministro Andreazza - COTRAZZA	Infra-estrutura
47	Coop. dos criadores de avestruz de Mirante da Serra	Agropecuário

Cont.

Ordem	Cooperativas	Atuação
48	Coop. de cred. Rural do vale do Urupá Ltda. - CREDIRON	Crédito
49	Coop. de cred. Rural. Ouro Preto do Oeste - UROCREDI	Crédito
50	Coop. de cred. do centro sul rondoniense-sicoob CREDIP	Crédito
51	Coop. Mista agro. e Pimenta Bueno - COOPEMAGRI	Trabalho
52	Coop. Rondoniense de carne Ltda. - COOPEROCARNE	Trabalho
53	Coop. Agrop. extrativista da Amazônia Ltda. – COAPEX	Agropecuário
54	Coop. de prod.agrop. e frutícola de RO. Coop'agrofruticola	Agropecuário
55	Coop. Agrop. dos produto. do Rio Preto Ltda. - COAPROR	Agropecuário
56	Coop. de consumo de Porto Velho	Consumo
57	Coop. cred. Mútuo do poder executivo SICOOB-POLICREDI	Crédito
58	Coop. cred. do norte do Brasil - SICOOB central norte	Crédito
59	Coop. cred. Mútuo dos servi. federal. CREDIFORTE	Crédito
60	Coop. Hab. casa própria/RO sem teto COOPCASA Própria	Crédito
61	Coop. de cred. Rural de Porto Velho Ltda. - PORTOCREDI	Crédito
62	Coop. de cred. dos emp. de Porto Velho - CREDEMPRESAS	Crédito
63	Coop. Educacional de RO. Ltda. –COOPERO	Educacional
64	Coop. dos garimpeiros do Rio Madeira - COOGARIMA	Mineral
65	Unimed de RO. Coop. E trab. Medico	Saúde
66	Coop. dos trans.s rodo. Auto. de comb. cargas-COOTRANS	Trabalho
67	Coop. Multid. de trab. e dese Amazônia - COOAMAZONIA	Trabalho
68	Coop. de trab. dos cineg. de RO. COOPFOTOGRAFOS	Trabalho
69	Coop. de téc. e aux.s em diag/imagem . COOPTADIRON	Trabalho
70	Central de come. das coop.s de/RO. CENTRALCOOPA	Trabalho
71	Coop. trab de caçambas, ônibus e máquinas pesadas Ltda.	Trabalho
72	Coop. de transportes de RO. Ctr	Trabalho
73	Coavezon - Coop. dos criadores de avestruz da Amazônia	Agropecuário
74	Coop. de mototaxista de Rolim de Moura -COOPMOTO	Trabalho
75	Coop. Agropecuária bom sucesso – COOABS	Agropecuário
76	Coop. dos deficientes do Estado de RO. COOPERON	Especial
77	Unimed Vilhena - coop. Trab. Medico,	Saúde
78	Coop. de transportes de RO. Ctr	Trabalho
79	Coop. de Trabalho do Estado de RO -	Trabalho

Fonte: Junta Comercial do Estado de Rondônia – 2008, modificado por Silveira (2008).

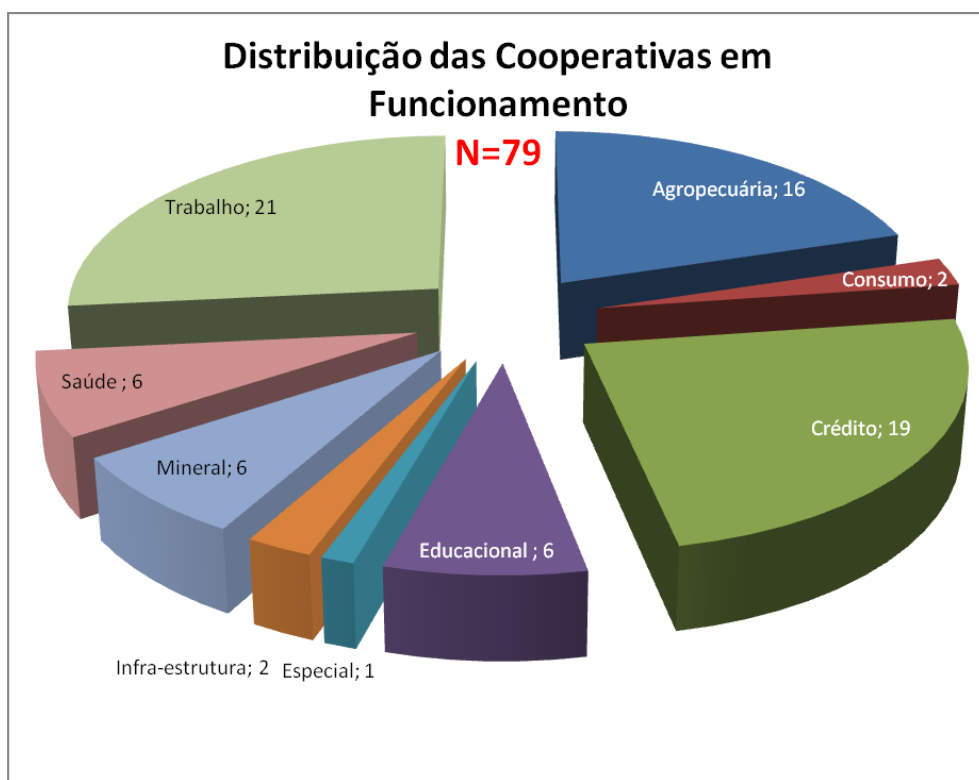


Figura 6 - Gráfico de Cooperativas em Funcionamento.

Fonte: Silveira (2008)

Em fase posterior, do total de cooperativas que estão em funcionamento, isto é, as 79 (setenta e nove), foram novamente inseridas em planilha do Programa Microsoft Excel, onde, foi realizado o cálculo da distribuição da frequência relativa, conforme demonstra a Tabela 14 e Gráfico na Figura 6 e, em seguida migradas para o XLSTAT da Addinsoft (2007), para em fase posterior, efetuar a elaboração final da análise multivariada.

Tabela 12 – Distribuição da Frequência Relativa das Cooperativas em Funcionamento por Pólos.

Pólos	Frequência
Pólo Porto Velho	25
Pólo Cacoal	13
Pólo de Ji-Paraná	20
Pólo Vilhena	7
Pólo Rolim de Moura	4
Polo de Ariquemes	10
Total	79

Fonte: Dados de Pesquisa. 2008

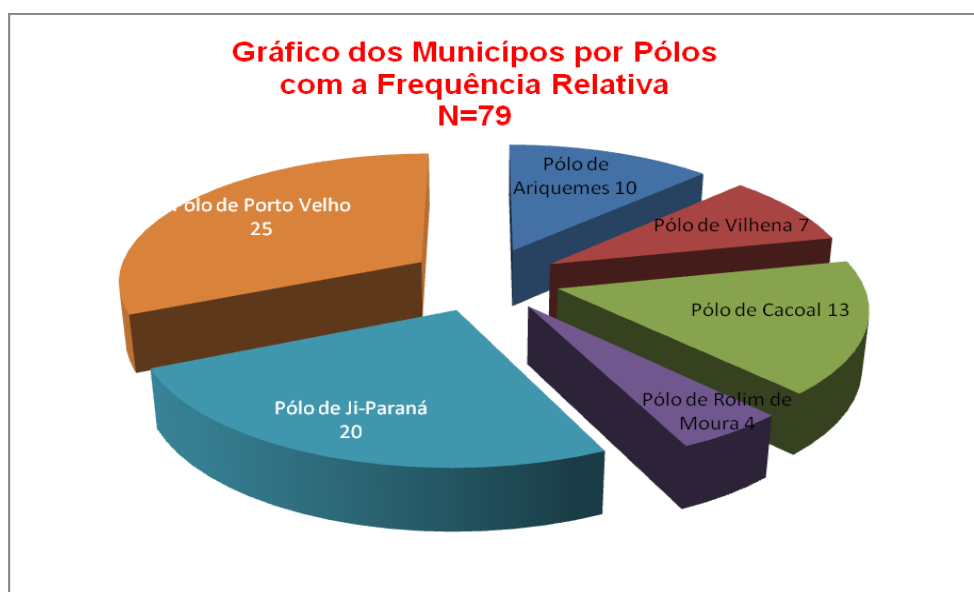


Figura 7 - Gráfico da distribuição dos Municípios pólos com as Frequências Relativas.

Fonte: Dados de Pesquisa 2008

Dando continuidade ao processo metodológico, passou, então, para a utilizar análise Estatística multivariada pelo método de Cluster Hierárquico (AHC) e dos Componentes Principais (ACP).

A análise de Cluster, nos moldes proposto por HAIR *et al.*, (2007), Plata *et al.* (2005), tendo por objeto agrupar elementos de um conjunto em subgrupos homogêneos, considerando-se a similaridade para cada elemento. Neste sentido,

foram agrupados em função das variáveis independentes como representativa dos municípios pólos do Estado de Rondônia (ver Tabela 04 e Figura 07), com o $N=79$, das Cooperativas que estão em funcionamento, representados pela ordem alfa-numérica e correlacionáveis aos respectivos ramos de atividades das Cooperativas, conforme demonstra o Anexo 01. Esta técnica é considerada apropriada, para certo número de “*clusters*” previamente determinado, de modo que, possa calcular os pontos que representem os seus respectivos “*centros*”, que estavam espalhados homogeneamente no universo de dados e movidos heurísticamente, até alcançar um equilíbrio estático.

A análise dos Componentes Principais (ACP) foi elaborada a partir do modelo proposto por Pfeiffer (1980), que classifica dois grupos pelo método de combinação dos elementos agrupados: os hierárquicos e não-hierárquicos. No método hierárquico, o grupo representativo é dos municípios pólos do Estado de Rondônia e, com os não-hierárquicos, representados pelo ramo de atividade, que se agrupam simultaneamente com as similaridades entre os agrupamentos definidos pelos elementos com a menor semelhança entre si.

Elabora-se um conjunto de variáveis ortogonais (estatisticamente independentes, neste caso, representados pelos municípios) Z_1, Z_2, \dots, Z_k a partir de uma combinação linear das variáveis ortogonais observadas (atributos, correlacionáveis com o ramo de atividade) X_1, X_2, \dots, X_k . Por construção as variáveis obtidas pelo método da (ACP) são ortogonais, possuindo correlação igual a zero. Os componentes Z_k são calculados de forma que o primeiro componente Z_1 condense e sintetize a maior parcela da variância, e assim por diante. Este modelo de classificação denomina-se análise multivariada AAKER, KUMAR e DAY (1998), MOITA NETO, 2008; e LANDIM, 2003.

A matriz de proximidade realizada entre os municípios pólos correspondentes as que permaneceram em funcionamento, foi construída a partir do diagrama de similaridade denominado dendrograma (dendr(o) = árvore, conforme demonstra (Moita Neto, 2008). Sendo que o dendrograma hierarquiza a similaridade ou dissimilaridade de modo a ter uma visão bidimensional de todo o conjunto de municípios utilizado neste estudo. Apresentando a similaridade entre

as variáveis correlacionáveis entre as variáveis do conjunto de municípios estudado. Para esse procedimento, foi utilizando XLSTAT – Addinsoft, 2007.

4 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise demonstrou-se bem definida os três grupos no cluster 1, 2 e 3, segundo os principais pólos por ramo de atividade e mercado de atuação, conforme ilustra a Tabela 14 - “*Composição dos clusters*”, onde, cada número representa um município específico conforme distribuição no Anexo 02 e, confirmado matematicamente pelo dendrograma, os agrupamentos hierárquicos dos municípios, intercalados entre os pontos no espaço multidimensional formando a matriz de proximidade das principais cidades do Estado de Rondônia.

Fica evidenciado que no grupo 1 da composição dos cluster, exemplificado na Tabela 14 e confirmado no ANEXO 02, pelos pólos de Porto Velho – RO(22) e Ji-Parana (16), situam-se totalmente isolado de todos os demais municípios do Estado. O primeiro, Porto Velho, por ser um potencial industrial com cerca de 17,44% (SEPLAN,2005), possuir maior número de empresas comerciais e serviços, com participação de 21,22%(SEPLAN,2005), do potencial do Estado e, por ser o pólo concentrador das áreas relacionadas aos serviços de saúde, infraestrutura educacional, saneamento, energia, transporte e, administrativa tanto em nível estadual como federal. Cabe ressaltar que a cidade de Porto Velho é predominantemente representada por empresas de micro e pequeno porte, na sua maioria por construtoras, panificadoras, serralharia, madeireiras, moveleiras, metalúrgicas, alimentos, confecção e oficinas mecânicas, gráficas e revenda de material mecânico e automotivo em geral.

Tabela 13 - Composição dos clusters.

Cluster	Composição
1	16, 22
2	4
3	26, 24, 06

Fonte: Dados de Pesquisa. 2008

Cabe salientar que, a cidade de Guajará-Mirim pertence ao pólo de Porto Velho, tendo como característica básica, a manutenção da sua sustentabilidade econômica na exportação de alguns produtos primários e, principalmente, nos recursos provenientes dos salários dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, e tem sua base de sustentação na criação de bovinos para o corte. E nos últimos anos, passou a congregar um papel fundamental na economia do Estado com serviços e compra e venda de commodities. Ainda, conforme afirma (Fusinato, 2006), entre os agentes que incentivam o cooperativismo, destaca-se a ação do SEBRAE, por ter sido a agência norteadora da formação da cooperativa de moveleiros de Guajará-Mirim.

Muito embora o discurso desta instituição afasta-se dos princípios cooperativistas para reforçar o discurso do empreendedorismo. A noção de cooperação que divulgam é distorcida, na medida em que consideram que os cooperados devem se unir para conseguir apenas vantagens econômicas, preservando a individualidade que gera uma competição que é “*saudável*”. Entretanto, não se pode deixar de concluir o papel significativo das cooperativas neste município. Outro papel de destaque para o pólo de Guajará-Mirim, é em função de ser uma fronteira ativa com a Bolívia e, constituir-se numa zona de livre comércio. Chegando a um universo populacional maior que 300 mil habitantes, envolvendo as cidades de Mamoré, Guajará-Mirim (Bo), Ribeirão Preto (Bo).

E o segundo, Ji-Paraná, como pólo concentrador de serviços nos ramos de trabalho, agropecuária e ramo médico e prestação de serviços. Neste mesmo diapasão, Ji-Paraná é a segunda cidade em população do Estado de Rondônia, localizada no quase centro geográfico do Estado, sendo um pólo concentrador de mais de 11 municípios, o que facilita o acesso intra-municípios e com os outros Estados. Tem sua economia baseada no setor madeireiro, indústria do laticínio, frigoríficos, curtume, empresas de granitos, agricultura e prestação de serviços. Atualmente, Ji-Paraná, segundo (INDÚSTRIA BRASILEIRA, 2008), concentra 60% da indústria do Estado de Rondônia.

Quando comparado com os dados de SEPLAM 2002, Ji-Paraná representa (11,55%), as atividades de indústria de transformação, com 9,27% (indústrias no ramo de granitos para exportação, indústria de minerais, rações e concentrados,

alimentícias, madeireiras); construção civil (1,75%); extrativa mineral e produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana com 0,53%.

Ainda no cluster 01, os resultados confirmam a análise realizada pela (INDÚSTRIA BRASILEIRA, 2008. p.21), que constatou que em ambos os pólos, a ocorrência de empresas de médio a grande porte está em equilíbrio nos pólos de Porto Velho e Ji-Paraná

O Cluster 2, alocado na Tabela 14, representa o pólo de Ariquemes, por concentrar empresas de médio a grande porte, como abatedouros frigoríficos, laticínio, indústrias madeireiras das áreas de laminação e compensados, beneficiamento de cereais e cerâmica (IEL,2005). No cluster 02, pode-se concluir que os ramos de atividade mais importante é o do Trabalho e agropecuário, seguido pelo ramo Mineral. O Pólo de Ariquemes representa uma das oito microrregiões do Estado de Rondônia, e compõe a Mesorregião do Leste Rondoniense, composta por oito municípios (Alto Paraíso, Cacauplandia, Monte Negro, Machadinho D'Oeste, Rio Crespo e Vale do Anari e Buritis). Sendo que esta região é conhecida pela extração de madeira, plantação de cacau, frigorífico, indústria metálica e extração mineral. Ariquemes possui um comércio agressivo com relação à prestação de serviços, vendas de automóveis e motos.

O Cluster 03 representa os demais pólos, Vilhena, Cacoal e Rolim de Moura. O pólo de Vilhena (Corumbiara, Cerejeira, Colorado D'oeste, Pimenteiras do Oeste, Chupinguaia e Cabixi), situa-se no planalto do Parecis, distante de Porto Velho 780 km, tendo como uma das principais atividades o ramo de comércio, prestação de serviços e agricultura, sendo que este último, teve impulso significativo no período de 2002 a 2005 com a inserção do cultivo da soja. Sendo que parte da soja é produzida para exportação por meio da hidrovia do Madeira via porto de Porto Velho e, a outra parte, para industrialização local, como óleo de comestível e, atualmente, muito procurado para produção de biodiesel, além da opção dos subprodutos, como farelo de soja e ração animal (INDÚSTRIA BRASILEIRA, 2008. p.168) e (IBGE-2008).

O Pólo de Vilhena representa um importante centro industrial de beneficiamento de carne para cortes especiais, charques e enlatados, bem como a industrialização de afiambros, farinha de sangue, carne e osso, sabão, presunto e apesuntados (SEPLAN, 2007).

Cabe ressaltar que a região, além de possuir um clima de altitude pelos vastos campos de que facilita tanto o turismo ecológico como a agricultura do milho, feijão, arroz, trigo além dos produtos horticultura com grandes canteiros de hortícolas legumes e especiarias. (IBGE-2008).

O Pólo de Cacoal, compreende a micro região, composta pelas cidade Cacoal, Pimenta Bueno, São Felipe do Oeste, Primavera, Espigão d'Oeste, Parecis e Ministro Andreazza, É um dos mais importantes do Estado por sua sólida e promissora economia no setor agropecuário, extração e processamento de madeira, exploração de minerais metálicos e não metálicos e comércio. Na agricultura se destaca como primeiro lugar na produção de café "in natura" e torrado ou solúvel.. O setor mineral é um dos mais promissores do Estado por apresentar argila de boa qualidade para uso na indústria de cerâmica estrutural, pisos de revestimentos e cerâmica vermelha. Vale ressaltar que nesta micro-região encontra-se uma das maiores jazidas secundária de diamante do mundo na reserva Roosevelt. O cooperativismo é uma atividade econômica em expansão e têm na agropecuária, comércio, serviços, principalmente de ligados a educação e saúde.

O Pólo de Rolim de Moura, composto pelas cidades de: Rolim de Moura, Nova Brasilândia do Oeste, Castanheiras, Alta Floresta, Santa Luzia d'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Novo Horizonte do Oeste, Alvorada d'Oeste, São Miguel do Guaporé, São Francisco, Seringueiras, Costa Marques e Urupá. É um importante pólo regional, sendo a cidade mais populosa e economicamente ativa do que chamam Zona da Mata Rondoniense, com uma população de cerca de 50 mil habitantes e totalizando uma população de cerca de 151.000 habitantes e área de 19.664km² por uma área de 1.458km², ,.

As principais fontes de recursos da microrregião é a agropecuária e a indústria madeireira, as lavouras de relevância são as de arroz, café, milho e feijão, a pecuária extensiva ocupa grande espaço geográfico que abriga 1.572.113 cabeças de gado, o crescimento do rebanho microrregional está estagnado pela superlotação das pastagens, existe um forte movimento de migração do rebanho de corte para o leiteiro devido a instalação de novas indústrias de processamento de leite.

A Tabela 15 ilustra os agrupamentos de cada cluster e seus respectivos ramos de atividades. Assim, como se observou no cluster 1 da tabela 14, é evidenciado (Tabela 15), que o principal ramo de atividade é o trabalho. Percebe-se que este tipo de prestação de serviço na capital do Estado tem um significado importante na melhoria da qualidade de serviço prestado pela empresa/organizações cooperativistas na qualificação de mão obra e/ou área de recursos humanos. Isto confirma a tendência em nível nacional, quando comparado aos resultados das Contas Nacionais divulgado pelo IBGE (ano de referência 2000). Com o agrupamento dos cluster, pode-se notar também, que por associação os setores de serviços ganharam participação significativa no PIB em detrimento dos setores produtores de bens; e, certamente, isto vai ser percebido regionalmente, conforme destaque da tabela 4. O cluster 01, confirma que o pólo de Porto Velho como o representativo mais expressivo no setor econômico do Estado.

Tendo como segundo ramo de atividade a agropecuária seguindo ao de crédito no cluster 2, onde, pode-se notar que o ramo de maior destaque é a atividade da agropecuária, com uma proximidade do trabalho, e o terceiro ramo de atuação pela atividade de crédito. Pode-se notar também, o agrupamento dos demais municípios resultou em relativo equilíbrio em termos de quantidade e certa homogeneidade das atividades dos clusters, o que confirma a atuação sócio-econômico dos demais municípios para o Estado de Rondônia.

O clusters 3, demonstra que o ramo agropecuário é a atividade principal, seguido de ramo trabalho e crédito em condições de equilíbrio. Os agrupamentos demonstraram relativo equilíbrio entre as atividades, confirmando, desta forma, potencial econômico ligado aos dois municípios. Este ramo de atividades desenvolvida nos pólos de Porto Velho e Ji-Paraná confirma a tendência deste dois centros, quanto à atuação na área da consultoria, prestação de serviços médicos, forte atuação na área educacional, turismo e lazer.

Tabela 14 - Cluster por ordem de atividade de importância.

Cluster/atividade	Agrop.	Créd.	Trab.
Cluster1	2,00	4,00	5,00
Cluster2	1,50	0,57	1,20
Cluster3	0,54	0,45	0,45

Fonte: Dados da Pesquisa. 2008

O cálculo da distância entre os centróides, conforme ilustra a Tabela 16, o cluster 01 (um), anteriormente demonstrado como representativo do município de Porto Velho e Ji-Paraná, apresentam forte atuação com a atividade de Trabalho e prestação de serviço. Pode-se observar que, o ramo de crédito é também muito forte no cluster 01, demonstrando e confirmando o esperado para os dois maiores pólos concentradores econômicos do Estado, na terceira posição o ramo agropecuário.

Ainda para o Cluster 01 (um), quando se calcula a distância em os centróides finais (Tabela 16), pode-se notar que existe igualdade para as atividades de crédito e Trabalho.

No cluster 02 (dois), o ramo de atividade é o agropecuário, seguido do trabalho e prestação de serviços, e na terceira posição a atividade de crédito

No cluster 03 as cooperativas apresentam as suas principais característica de prestação de serviço e trabalho, seguindo o mesmo fenômeno do cluster 01 (um). Com isto, pode-se concluir que a resultante do cálculo da distância entre os centróides finais, vem de encontro com a teorização de Berta-Becker (1990), quando afirma que *“o centros urbanos amazônicos vive basicamente em função dos serviços e trabalho”*. Fato esse observado no estudo estatístico multivariado com os agrupamentos, confirmando como verdadeiro, uma vez que, o potencial da atividade industrial ainda não se instalou no Estado de Rondônia.

Tabela 15 - Distância entre Centróides Finais.

	Cluster1	Cluster2	Cluster3
Cluster1	1,00	2,00	2,00
Cluster2	0,00	1,00	1,00
Cluster3	0,00	1,00	0,00

Fonte: Dados da Pesquisa. 2008

Os Coeficientes de correlação das associações dos diversos ramos de atividade podem ser observados na Tabela 16, (Matriz de Correlação Spearmen). Nessa matriz de Correlação, pode-se constatar que as cooperativas ligadas ao ramo agropecuário como atividade principal, têm forte correlação com as atividades de Consumo, Crédito e Trabalho. Assim, o inverso também é verdadeiro, quando a matriz correlaciona o ramo de atividade de crédito com as demais atividades. Entretanto, pode-se notar claramente que, o ramo de crédito também possui forte correlação com Saúde e Educação.

A matriz de correlação de Spearmen, também demonstra a baixa correlação existente entre os ramos de atividade de Turismo e Lazer,

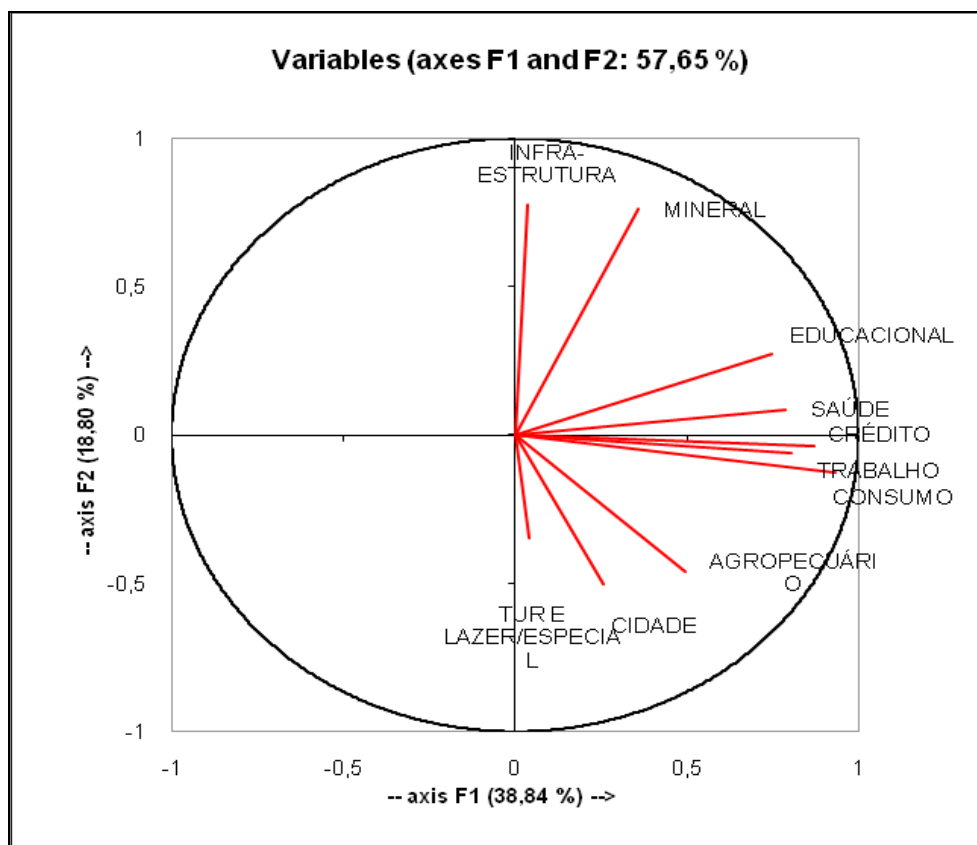
Tabela 16 - Matriz de correlação por atividade.

Atividade	Agrop.	Créd.	Trab.	Saúde	Educ.	Min.	Infra-Estr.	Cons.	Esp.	Tur. e Laz.
Agrop.	1	0,399	0,422	0,212	0,114	-0,065	-0,238	0,505	0,093	0,093
Créd.		1	0,798	0,531	0,531	0,270	-0,062	0,769	-0,125	0,204
Trab.			1	0,403	0,358	0,353	-0,058	0,707	0,019	0,136
Saúde				1	0,695	0,308	0,150	0,725	0,303	0,701
Educ.					1	0,308	0,150	0,725	-0,096	0,701
Min						1	0,572	-0,087	-0,075	0,075
Infra-Estr.							1	-0,087	-0,060	-0,060
Cons.								1	-0,060	0,692

Fonte: Dados da Pesquisa. 2008

Observa-se na Tabela 17, a variável que apresenta baixa explicação com outros ramos de atividade é a especial. Esta apresenta característica própria no seu ramo de atuação enquanto prestadora de serviço. Já quanto ao ramo de atividade mineral, o que demonstra que o Estado tem em sua cadeia produtiva o fortalecimento desta economia no setor desenvolvimentista. Ainda com relação ao setor mineral, nota-se que a baixa relação ao Crédito se dá pelo autofinanciamento das empresas que atuam nesta área, tanto na pesquisa mineral, quanto na prospecção e lavra. Uma vez que, este ramo empresarial está associado às empresas de médio a grande porte. Por outro lado, quando esta atividade está relacionada ao setor garimpeiro, este ramo não utiliza as cooperativas de créditos, já que os mesmos são autônomos e dependem exclusivamente de seus próprios maquinários e esforços.

Figura 8 - Contribuição das variáveis. - eixo de explicação (f1 e f2)



Fonte: Dados da Pesquisa. 2008

Portanto verifica-se que coeficiente de explicação para a variância cumulada nos dois eixos F1 e F2, é de aproximadamente 58% da variação total, isto significa, carga de efeito aleatório esta se dando nas baixas fontes de variação da atividade turismo/lazer, especial, Infra-estrutura e mineral. Quanto ao turismo e lazer, era previsível, uma vez, são raros os investimentos tanto em nível Federal, Estadual e Municipal, bem como, os de empresas privadas para este ramo de atividade. Quanto ao setor mineral, pode-se afirmar esta atividade possui uma participação efetiva na economia e no PIB do Estado de Rondônia, principalmente no pólo de Ariquemes. Do mesmo modo, que está representado na Figura 05, a atividade mineral possui autofinanciamento empresarial e/ou atividade garimpeira sem utilizar Créditos cooperativos. Uma das razões apresentadas é que a atividade garimpeiro em Rondônia extrai apenas minerais preciosos, como, ouro, diamante, cassiterita, topázio, columbita e tantalita. Todos minerais com alto valor de mercado tanto em nível nacional como internacional.

Com relação a atividade de Ramo Especial, observáveis nas variáveis das Figuras 05 e 06, obteve participação mínima, posicionando-se bem fora da concentração modal das demais atividades. Isto pode ser explicado, pelo fato de que o ramo Especial, representativo especificamente um determinado grupo de indivíduos e/ou empresários especializados, os que são portadores de Necessidades Especiais, por isso, a situação é mais sofrível, de modo que, sua estruturação depende totalmente de investimentos governamentais para sua autogestão. Estes fatos demonstram a necessidade de uma política de inclusão social mais efetiva por parte do aparelho de Estado em todas as Esferas .

Na figura 6 que representa o eixo biplot demonstra que os de Porto Velho, Ji-Parana e Vilhena se fortalecem pelo agregamento das atividades, trabalho, prestação de serviços, saúde, educação e agropecuária estes, com papel fundamental para a economia do estado, pois estes ramos de atividades consolidam nossa economia e, ainda, projetar perspectiva de crescimento para as empresa prestadora de serviço nessas atividades. Em segundo e terceiro vem as atividade de trabalho e crédito. As cooperativas que atuam nessa linha de desenvolvimento apresentam um compromisso social com a qualificação de mão obra e abertura de pequenas empresas para atendimento ao nicho de mercado que compõem o quadro desenvolvimentista do interior do Estado, sustentado pela atividade da agropecuária.

Para os municípios de Ariquemes e Porto Velho, tem como ramo importante de atividade o trabalho, ou seja, a formação de mão obra qualificada, para atender o mercado consumidor de Rondônia. O município de Porto Velho, hoje é denominado como a capital cultural do Estado, por comportar grandes universidades e estas estarem colocando no mercado mão de obra aperfeiçoada para atuação nos diverso campo de mercado e sendo pólo estratégico para o desenvolvimento de formação de mão de obra dado para atendimento ao interior de Estado. Os outros tipos de atividades das cooperativas são as de crédito e agropecuária. A segunda tem como objetivo a formação pessoal na busca de consolidar a abertura de pequenas empresas para consolidação do mercado que atualmente está aquecido em Rondônia.

A outra atividade é a agropecuária, por ser representativa de dois pólos em acessão e possuir mercado consumidor competitivo e se manter em pontos

estratégico para na economia do Estado, fazendo com que este ramo seja atrativo a atividade de negócio no campo das cooperativas.

5 - CONCLUSÃO

Após o desenvolvimento de todo o processo metodológico, foi constatado que as dificuldades enfrentadas pelas cooperativas instaladas no estado de Rondônia apresentaram o mesmo fenômeno do baixo tempo de residência que ocorreu com as demais cooperativas em nível nacional, comprovando os relatos de diversos autores. Com Isto, foi possível, em função da realização da organização das informações e com as análises estatísticas quantitativas e qualitativas interpretar os fatos pretéritos. Desta forma, foi evidenciado que das 350 cooperativas inicialmente estudadas 77,43% saíram do mercado no período menor que 10 anos.

Conclusivamente, pode-se afirmar que, os objetivos foram alcançados e, após a análise de atuação das Cooperativas do Estado de Rondônia, por meio do agrupamentos com os principais ramos de atividades e, os resultados gerados também foram satisfatórios, uma vez que todos os municípios foram submetidos metodologicamente pelo processo de enumeração, classificação, e diversificados por ramos de atuação, confeccionados e plotados em mapas de cluster. No clusters, foram evidenciado os 03 (três), grupos de forma bem definida, segundo ramo de atividade e mercado de atuação. O grupo 1 (um), apresentou-se como destaque, os pólos de Porto Velho e Ji-Paraná, o grupo 02 (dois), o pólo de Ariquemes e o grupo 03 (três), os pólos de Rolim de Moura, Cacoal e Vilhena.

O trabalho é o principal ramo de atividade dos pólos de encontrado em todos os pólos, principalmente sua relação é significativamente mais forte nas cidade de Porto Velho e Ji-Paraná, por representar expressiva participação em termos quantitativos e qualitativos em serviço prestado, qualificação de mão obra e formação de recursos humanos no Estado de Rondônia.

O segundo ramo de atividade que foi demonstrado é o da agropecuária, com destaque nos pólos de Ji-Panara, Ariquemes, Vilhena e Rolim de Moura. E, conforme matriz de proximidade pode-se observar que a atividade do trabalho e crédito não são discordantes e, estão presentes no Estado de forma diversificadas com características própria e peculiar, inerente de cada micro-região.

O Estudo da aplicação da matriz de correlação, também demonstrou que foi um instrumento poderoso na delimitação das cooperativas “*versus*” a área de atividade e, confirmando os resultados da Matriz de proximidade, que o principal ramo de atividade é o trabalho, seguido do Crédito e Agropecuário e, em menor instância as cooperativas no ramo Educacional e Infra-Estrutura. Para as cooperativas que tem como atividade principal o ramo de crédito, foi observado que elas atuam também com as atividades de Saúde, Trabalho, Educação, Turismo e Lazer. As Cooperativas que estão relacionadas com a atividade de Saúde, também atuam com outros ramos de atividade como o Turismo e Lazer e Infra-Estrutura.

Ficou evidente, que a atividade do Ramo Especial está ligada diretamente relacionada aos empreendedores que são portadores de Necessidades Especiais, e neste caso, o Estado de Rondônia ainda é incipiente com este grupo de empresários, por apresentar características própria no seu ramo de atuação enquanto prestadora de serviço. Este fato justifica a necessidade de uma política de inclusão social mais efetiva por parte do aparelho de Estado.

Os dados analíticos demonstram que o setor mineral, tem baixa relação com as atividades do ramo de crédito. Isto pode ser explicado, face, ao processo de autofinanciamento dessas cooperativas, uma vez que, para requerer o alvará de pesquisa mineral, prospecção e lavra junto ao Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM, estes empresário têm obrigatoriamente de apresentar uma capacidade de suporte econômico, tanto em nível de pequenas, médias ou grandes mineradoras.

Por outro lado, quando a atividade mineral é realizada por meio de garimpos, pode-se justificar a não utilização das Cooperativas de Créditos por parte dos garimpeiros, uma vez que, esse grupo de trabalhadores são autônomos quando estão realizando a prospecção mineral ou a lavra diretamente, já que dependem exclusivamente de seus próprios maquinários e esforços. Cabe salientar que a atividade de mineração tanto em nível empresarial como na forma de garimpos é amplamente difundida nos pólos de Ariquemes e Pimenta Bueno, com uma participação efetiva na economia e no PIB do Estado de Rondônia.

Metodologicamente, a análise de multivariada aplicada no estudo “*Cooperativismo no Estado de Rondônia: Principais ramos de atividade por*

municípios”, como suporte técnico-teórico, demonstrou-se satisfatória para esse modelo de análise, além de sido uma ferramenta útil. A análise estatística demonstrou também que os cálculos do dendrograma, matriz de similaridade e proximidade com relação aos municípios são precisos e, os agrupamentos de clusters, não só confirmaram a similaridade, bem como, também, demonstraram a mesma equidade com relação ao municípios pólos “*versus*” ramos de atividade.

6 - REFERÊNCIAS

AAKER, D.; KUMAR, V.; DAY, G. **Marketing research**. 6. ed., New York: John Wiley & Sons Inc., 1998.

ALENCAR, E. **Associativismo rural e participação**. 1. ed. Lavras: Editora Universidade Federal de Lavras - UFLA/FAEPE, 1997. 80p. Textos Acadêmicos.

ARAÚJO, H.J.B.; OLIVEIRA, L.C. **Manejo florestal sustentado em áreas de reserva legal de pequenas propriedades rurais do PC**. Pedro Peixoto - Acre. Rio Branco: Embrapa-CPAF/AC. 1996, 7p. (EMBRAPA-CPAF/AC. **Pesquisa em Andamento**.

BANCO CENTRAL DO BRASIL.; **Historia do Cooperativismo de Crédito no Brasil**. 2006.

BIALOSKORSKI, N. Si.; **Capital Social, Governança e Desenvolvimento da Agricultura: Um ensaio analítico**. Ano 2000, Books, 1995.

BATISTA. I. X.; 2001. **Desenvolvimento sustentável em Rondônia: Políticas Públicas, desmatamento e evolução sócio-econômica**. Dissertação de Mestrado do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista.

BECKRER,B.K.;MIRANDA,M.;MACHADO,L.O.; **Fronteira Amazônica: Questões sobre a Gestão do Território**. Editora UNB.1990.

BENTES-GAMA, M. B.; OLIVEIRA, V. B. V.; VIEIRA, A. H.; LOCATELLI, M.; RODRIGUES, V. G. S.; MEDEIROS, I. M.; MARTINS, E. P.; **Fortalecimento do Manejo Florestal comunitário em Assentamento Rural na Amazônia Ocidental, Rondônia, Brasil**. Congresso Latino Americano da IUFRO 2. La Serena, Anais. La Serena: Instituto Forestal de Chile.2006.

BERTALOT, M.J.A.; and MENDOZA, E.; **Nodulation and root sucker formation in Acacia melanoxylon. Forest, Farm, and Community Tree Research Reports 2:27-28**. Winrock International 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório da 10ª Conferência Nacional de Saúde. Atribuições dos gestores do SUS**. Disponível em:

<<http://www.datasus.gov.br/cns/REL10/ATRIBUICAO.htm>> Acesso em: 13 set. 2008f.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto Lei N. 938, de 13 de outubro de 1969. Provê sobre as profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, nº. 197 de 14 out. 69. Retificado em 16 out.1969, Sec. I, p. 3.658.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm> Acesso em: 18 dez.2005e.

BRASIL. Presidência da República. Decreto no. 90.640, de 10 de dezembro de 1984. Inclui categoria funcional no Grupo-Outras Atividades de Nível Superior a que se refere a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.crefito8.org.br/resoluc/LEI90640.htm>> Acesso em: 03 dez. 2005c.

CARDOSO, F. H.; **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**, Difusão Européia do Livro São Paulo, 1962.

COSTA, A. C. R. **Inteligência artificial construtivista: princípios gerais e perspectivas de cooperação com a informática na educação**. In: SBIE. P. Alegre: PUCRS, 1994, p. 185-198. Experimentos computacionais com grupamentos lógico-matemáticos de Jean Piaget. In: SBIE2003. Rio de Janeiro: SBCp.513-522.

CRÚZIO, H. O. **Problemas organizacionais e Administrativos das Cooperativas Agroindustriais e Agropecuárias no Estado da Bahia**. Dissertação de Mestrado . Escola Superior de Agricultura de Lavras – MG – ano 1989.

CRÚZIO, H. O. **Como organizar e administrar uma cooperativa**. 4ª Edição. Editora da Fundação Getúlio Vargas.Rio de Janeiro. 2007.

EVANDRO,S.N.;**Manual das Organização das Cooperativas do Brasil e Mundo**.www.brasilcooperativo.coop.br, 2006

EW, A.R.; **Reestruturação do Cooperativismo Agropecuário no Rio Grande do Sul: os Casos Cosuel e Coapel – anos 90**. Dissertação de Mestrado em Economia Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2001

FUSINATO, T.B., **Cooperativa De Trabalho: Reflexões A Partir de uma Experiência Na Amazônia Rondoniense**. Dissertação de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro - PUC-RIO- 2006.

GAVA, E., **Análise da administração das cooperativas agrícolas e sua influência na formação de capital no Estado do Espírito Santos**. Viçosa, UFV, 1972. (Dissertação de Mestrado)

GAWLAK, A.; RATZKE, F.; **Cooperativismo: primeiras lições**. Geral do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 1993.

GERBER, H. H.; **Medidas práticas para superar os obstáculos à atuação do cooperativismo nos países em desenvolvimento**. São Paulo, Artegráfica, 1973.

GONZÁLES, E.T.Q.; **Surgimento do Ordenamento Jurídico Capitalista no Brasil**. Tese de doutorado apresentado ao Departamento de Filosofia e Teoria

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA - SEPLAN - **Produto Interno Bruto do Estado e dos Municípios de Rondônia 2002 - 2005**. Porto Velho, Gerência de Estudos e pesquisa. 2005.

HAIR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C.; **Multivariate data analysis**. 5. d.; New Jersey: Prentice Hall, 1998.

HAMMEERSCHMIDT, B.; **Eficiência econômica de comercialização do tipo em cooperativas agrícolas no Estado do Paraná**. Curitiba, OCEPAR, 1980.

HARDIN, G.; 1985. **Filters Against Folly: How to survive Despite Economists Ecologists and the merely Eloquent**. Viking Press, New York.

HARDIN, G.; **Paramount positions in ecological economics** (47-57p). In *Ecological Economics: The Science and Management of Sustainability*. Ed. Roberto Constanza. Columbia University Press, 525p., 1991.

HOLYOAKE, G. J.; **Os 28 tecelões de Rochdale**. 7. ed. Porto Alegre: Janeiro: DP&A, 2000.

LAMMING, G.H.; **Eficiência em administração de cooperativas**. In: PINHO,D.B.; **A problemática cooperativa no desenvolvimento econômico**. São Paulo,Artegráfica. 1973

LANDIM, P.M.; **Análise estatística de dados Geológicos**. 2ª Edição Revisada e Ampliada. Editora UNESP.São Paulo. 2003

LEWIS, S. B.; (revista FAE BUSINESS número 12 p 41 setembro 2005)

LOPES, P. A.; **Probabilidade e Estatística: Conceitos, modelos e aplicações em Excel**. Reichmann & Affonso Editores. Rio de Janeiro. 2000.

MACHADO, S. M. C, F.; **Gestão de cooperativa: um estudo de caso. Dissertação de mestrado profissional multidisciplinar em desenvolvimento humano e responsabilidade social da Faculdade Visconde de Cairu, CEPPEV – Centro de Pós-Graduação e Pesquisa Visconde de Cairu. Salvador. 2006.**

MANDIM. D; **Estatística Descomplicada**. Editora Vestcon Ltda. Brasília, Distrito Federal. 2008

MAURE JÚNIOR, T. H.:**As cooperativas de consumo brasileiras: recuperação e necessidades na conjuntura nacional**. São Paulo, Artegráfica, 1973.

MERCOESTE, PERFIL COMPETITIVO DO ESTADO DE RONDÔNIA,– **Projeto Alavancagem do Mercoeste**.Brasília. 2005.

MIRANDA,M.; **A Geografia Política do desenvolvimento sustentável**. Rio de janeiro. Editora da UFRJ, 1997

MOITA NETO, J. M.: **Estatística multivariada:Uma visão didática-metodológica**. Copyright © 1997–2008 criticanarede.com · ISSN 1749-8457. São Paulo. 2007.

NETO,S.B.; **Capital social, governança e desenvolvimento da agricultura: um ensaio analítico**. Departamento de Economia da Faculdade de Economia, administração e contabilidade. USP/Campus de Ribeirão Preto. 2008

NETO,S.B.; **Governança e Perspectiva do Cooperativismo**. . Departamento de Economia da Faculdade de Economia, administração e contabilidade. USP/Campus de Ribeirão Preto. 2000

OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Relatório de atividades 1994-2001**. Brasília, Organização das Cooperativas Brasileiras, 2004

OCEMG; **O cooperativismo em Minas Gerais**: Gráfica e Editora Cultura, Belo Horizonte.1997.

PERFIL DOS SETORES PRODUTIVOS DE RONDÔNIA. Instituto Euvaldo Lodi/Núcleo Regional de Rondônia. Porto Velho. 2005.

PFEIFFER, D. **Disparidades de desenvolvimento no Brasil – um exemplo da análise de cluster**. Revista Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro, 41(164): 559-576, out./dez 1980.

PIAGET, J.; **Psicologia da inteligência**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

_____; **Estudos Sociológicos**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1973.

_____; **O estruturalismo**. São Paulo: Difel, 3.ed, 1979.

_____; **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1980.

PINHO, D. B.; **A Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalistas e Socialista**, Livraria Pioneira Editora, São Paulo 1998.

PINHO, D. B.; **Economia e Cooperativismos**, Edição Saraiva São Paulo, 1998.Planejamento e Execução de Ações. In: III MTCC2004. Cascavel: Unioeste, 2004 (CD).

PINHO, D. BENEVIDES. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PLATA, L. A. E.; SPAROVEK, G.; REYDON, B.P.; GOLDSZMIDT, R.G.B.; MAULE, R. **Metodologia para determinar mercados de terra rural específicos: o caso do Maranhão**. In: XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto. Anais. Ribeirão Preto, 2005. CD-ROM.

POLONIO, W. A.; **Manual das Sociedades Cooperativas**. 3ª ed.: Atlas, São Paulo. 2001.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de

REPETTO, R.; **Accounting for environmental assets**. Scientific American 262:36-42. 1992.

REVISTA INDUSTRIA BRASILEIRA, **Revista mensal do sistema Indústria da CNI**. Brasília. 2008.

RIZZI, C. B.; COSTA, A. C. R.; FRANCO, S. R. K.; DONADUZZY, S. J.; WELTER, R. **.Os Grupamentos Operatórios de Jean Piaget e suas Implicações no Estudo da Cooperação na Ação entre Agentes Humanos**. SBIE2003. Rio de Janeiro: SBC p. 513-522..2004

RIZZI, C.B.; SCHEFFER, M.M.;. **Agentes Cooperativos Piagetianos: Uma abordagem através da Teoria dos Valores Qualitativos**. In: III MTCC2004. Cascavel: Unioeste, 2003

RODRIGUES, M. C. P.; **Potencial de desenvolvimento dos municípios fluminenses: uma metodologia alternativa ao IQM, com base na análise fatorial exploratória e na análise de clusters**. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, v. 9, n. 1, p. 75-89, jan-mar 2002.

SANDRONI, P., **Dicionário de Administração e Finanças** . Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 2005.

SANDRONI, P., **Dicionário de Economia do Século XXI**. Editora Record. São Paulo, 2007.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999

SINGER, P.; & SOUZA, R.; **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**.São Paulo, CONTEXTO.2000.

SOUZA, T. **Uma Estratégia de Marketing para Cooperativas de Artesanato: o caso do Rio Grande do Norte**. RAE v.33, 1993.

XLSTAT – Addinsoft, 2007. **Disponível em: <http://www.xstat.com>**. Acessado em Maio/2008.

SITES CONSULTADOS

<http://www.cooperevolution.com.br/?gclid=CKbW-NfmqYwCFSbUgAodkQXsKQ>

<http://www.ceeteps.br/Projetos/ete.html>

<http://www.ibgc.org.br/ibConteudo.asp?IDp=109&IDArea=113>

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ro>

http://www.cbd-ri.com.br/port/governanca/codigo_etica.asp

ANEXOS

ANEXO 1 – Distribuição das Cooperativas por Ramo de Atividade e Por município

Município	Município	Agropecuário	Crédito	Trabalho	Saúde	Educacional	Mineral	Infra - estrutura	Consumo	Tur e lazer	Especial
ALTA FLORESTA	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALTO ALEGRE PARECIS	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALVORADA D'OESTE	3	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
ARIQUEMES	4	0	1	1	1	1	3	1	0	0	0
BURITIS	5	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
CACOAL	6	0	1	4	0	0	1	0	0	0	0
CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	7	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CANDEIAS DO JAMARI	8	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
CEREJEIRAS	9	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
COLORADO DO OESTE	10	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
ESPIGÃO D'OESTE	11	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0
GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	12	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GUAJARÁ -MIRIM	13	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
ITAPUÃ DO OESTE	14	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
JARU	15	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
JI-PARANÁ	16	1	2	2	2	2	0	0	1	0	0
MINISTRO ANDREAZZA	18	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
MIRANTE DA SERRA	19	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OURO PRETO DO OESTE	20	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0
PIMENTA BUENO	21	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0
PORTO VELHO	22	3	6	8	1	1	1	0	1	0	0
PRESIDENTE MÉDICI	23	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ROLIM DE MOURA	24	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
TEIXERÓPOLIS	25	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VILHENA	26	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1

Anexo 2 - Dendrograma

